

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

A obrigação de prestar contas é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade por uma boa gestão dos dinheiros públicos (afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) e conseqüentemente de informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.

O órgão executivo de um município tem então de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários (eleitores, órgão deliberativo, Tribunal de Contas, Ministério da Administração Interna (DGAL) e outros órgãos de controlo externo (DGO e INE).

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração do **relatório de gestão** como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

1.2. ESTRUTURA /METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2011 e da situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, tendo sido elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro “POCAL”, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes ópticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase :

- ✦ na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ do endividamento da autarquia;
- ✦ análise da demonstração de resultados e balanço identificando os resultados operados no exercício
- ✦ apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em quatro áreas principais:

- **Análise Orçamental**, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respectiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada à componentes da Receita e da Despesa Municipal;

- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2011, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais " Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

2.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2011. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no D.L. 26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na óptica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na óptica da despesa, os fatos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

2.1.1. Resumo da Execução Orçamental

Os documentos previsionais de 2011 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de €26.530.500,00, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2011 apresentaram uma previsão inferior ao Orçamento de 2010 em € 3.129.500,00.

Dessa previsão e dotação inicial, e nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL, procederam-se a um conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 10 alterações orçamentais.

As modificações realizadas no decorrer do ano 2011, á semelhança do ocorrido em anos anteriores, refletem simples reajustamentos entre diferentes rubricas de classificação económica **não se tendo operado qualquer aumento do valor global da despesa/receita relativamente ao inicialmente previsto**. Deste modo, o aumento/diminuição das dotações orçamentais traduz unicamente movimentação inter-rubricas, em que reforços tiveram como contrapartida anulações, e vice-versa.

O Orçamento 2011 e as GOP's 2011-2014 aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 3 e 21 de Dezembro de 2009, sofreu 10 modificações, que foram concretizadas da seguinte forma:

- ✓ 9 (nove) alterações ao Orçamento da Despesa;
- ✓ 10 (dez) alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- ✓ 9 (nove) alterações no Plano de Atividades Municipais (PAM);

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da fiabilidade dos orçamentos apresentados e da capacidade financeira da sua execução face ao volume efetivamente cobrado/arrecadado.

No quadrante de **execução das receitas** constata-se um desvio face às previsões iniciais/corrigidas, de menos €9.082.188,96 dos quais €39.240,65, são representados pelas receitas correntes.

No domínio de **execução das despesas** verifica-se um desvio face às dotações iniciais/corrigidas, de menos - €9.143.213,43 dos quais €1.578.585,89 representam as despesas correntes e €7.564.627,54

Quadro nº1. Resumo de Execução Orçamental 2011

(unidade monetária : Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor(c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	11.893.188,00	11.893.188,00	11.853.947,35	-39.240,65	99,67%	99,67%
Receitas de Capital	14.606.312,00	14.606.312,00	5.510.908,60	-9.095.403,40	37,73%	37,73%
Outras	31.000,00	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	269,21%
Receitas Totais	26.530.500,00	26.530.500,00	17.448.311,04	-9.082.188,96	65,77%	65,77%
Despesas Correntes	11.864.667,00	11.864.667,00	10.286.081,11	-1.578.585,89	86,70%	86,70%
Despesas de Capital	14.665.833,00	14.665.833,00	7.101.205,46	-7.564.627,54	48,42%	48,42%
Despesas Totais	26.530.500,00	26.530.500,00	17.387.286,57	-9.143.213,43	65,54%	65,54%

Face a tais desvios, o Município arrecadou receitas totais no montante de **€17.448.311,04**, o que representa uma taxa de execução da receita de 65,77% (em 2010 foi de 71,09%), e um nível de despesa total paga de **€17.387.286,57**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 65,54% (em 2010 foi de 74,87%).

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

De referir, o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2011, no valor de €225.240,35, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2011.

Em termos de receitas correntes para uma previsão final de €11.893.188,00, registou-se uma cobrança efetiva de 11.853.947,35, traduzindo-se num desvio de apenas 39.240,65 e uma **taxa de execução de 99,67%**.

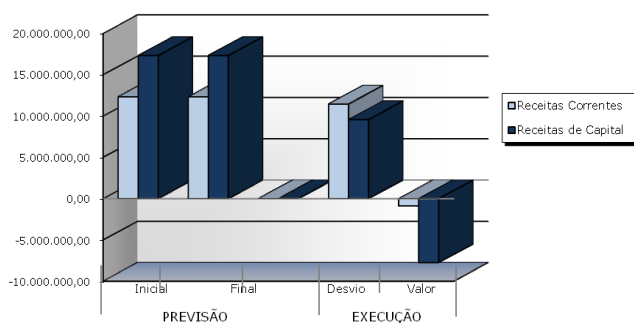
No que respeita às receitas de capital, estas continuam muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de €14.606.312,00 apenas se atingiu uma execução de €5.510.908,60, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 9.095.403,40 e um a **taxa de execução de 37,73%**.

As despesas correntes cumpriram uma **taxa de execução de 86,70%**, com um valor de despesa paga de €10.286.081,11 e as despesas de capital atingiram uma execução de €7.101.205,46, representando uma **taxa de execução 48,42%** do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

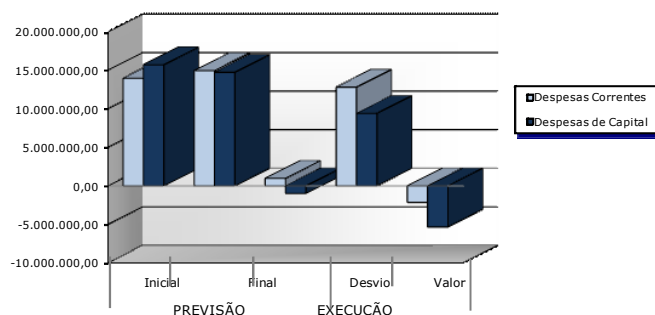
Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

Gráficos nº 1 e 2

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



2.1.2. Evolução da Execução Orçamental



Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2011, a um decréscimo das receitas arrecadadas e das despesas pagas, na ordem dos 17,25% e 21,70% respetivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº2_Evolução da Execução Orçamental 2010/2011

(unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)		
	2010	2011	Diferença	2010	2011	Diferença
Receitas Correntes	11.455.286,88	11.853.947,35	398.660,47	12.322.830,00	11.893.188,00	-429.642,00
Receitas de Capital	9.581.957,82	5.510.908,60	-4.071.049,22	17.327.170,00	14.606.312,00	-2.720.858,00
Outras	47.437,30	83.455,09	36.017,79	10.000,00	31.000,00	21.000,00
Receitas Totais	21.084.682,00	17.448.311,04	-3.636.370,96	29.660.000,00	26.530.500,00	-3.129.500,00
Despesas Correntes	12.803.101,64	10.286.081,11	-2.517.020,53	14.939.441,88	11.864.667,00	-3.074.774,88
Despesas de Capital	9.402.316,12	7.101.205,46	-2.301.110,66	14.720.558,12	14.665.833,00	-54.725,12
Despesas Totais	22.205.417,76	17.387.286,57	-4.818.131,19	29.660.000,00	26.530.500,00	-3.129.500,00

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das receitas correntes, que registaram um aumento absoluto de €398.660,47, a que corresponde a uma taxa de crescimento de 3,48%.

No que respeita ao nível das despesas totais do Município observa-se, no ano em causa, um redução relativamente ao ano anterior, no valor de €4.818.131,19. Não obstante, tal redução não se deve a uma diminuição de realização de obra, mas sim limitação imposta pelo valor total das receitas arrecadadas.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2010, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 3,48% (+ €398.660,47), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 42,49% (-€4.071.049,22).

As Despesas Correntes sofreram um decréscimo de 19,66% (-€2.517.020,53) e as Despesas de Capital uma diminuição de 24,47% (-€2.301.110,66), relativamente às realizadas no ano de 2010.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

Confrontando as taxas de execução ao nível das cobranças em relação ano anterior (comportamento do valor cobrado), verifica-se que durante o ano de 2011, a execução da receita total ronda os 65,77 %, porquanto que no exercício de 2010, este valor foi superior em cerca de 5,32 p.p., tendo atingido os 71,09 %.

Quadro nº 3 – Evolução da Execução da Receita (2007 a 2011)

(u.m.: Euros)

Ano	Natureza	RECEITAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2007	Correntes	13.437.598,00	13.437.598,00	11.947.531,08	88,91%
	Capital	16.522.402,00	16.522.402,00	7.152.420,86	43,29%
	TOTAL	29.960.000,00	29.960.000,00	19.099.951,94	63,75%
2008	Correntes	13.602.001,00	13.602.001,00	12.804.347,52	94,14%
	Capital	16.597.999,00	16.597.999,00	8.283.886,11	49,91%
	TOTAL	30.200.000,00	30.200.000,00	21.088.233,63	69,83%
2009	Correntes	14.016.430,00	14.016.430,00	12.650.058,53	90,25%
	Capital	19.483.570,00	19.483.570,00	9.694.327,93	49,76%
	TOTAL	33.500.000,00	33.500.000,00	22.344.386,46	66,70%
2010	Correntes	12.322.830,00	12.322.830,00	11.455.286,88	92,96%
	Capital	17.337.170,00	17.337.170,00	9.629.395,12	55,54%
	TOTAL	29.660.000,00	29.660.000,00	21.084.682,00	71,09%
2011	Correntes	11.893.188,00	11.893.188,00	11.853.947,35	99,67%
	Capital	14.637.312,00	14.637.312,00	5.594.363,69	38,22%
	TOTAL	26.530.500,00	26.530.500,00	17.448.311,04	65,77%

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 74,87%, com as despesas correntes a cumprir 91,72% e as despesas de capital 59,89% do total do Orçamento Inicial, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Quadro nº 4 – Evolução da Execução da Despesa (2007 a 2011) (unidade monetária : Euros)

Ano	Natureza	DESPESAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2007	Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	10.590.535,36	86,66%
	Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	8.404.514,65	47,38%
	TOTAL	29.960.000,00	29.960.000,00	18.995.050,01	63,40%
2008	Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	11.662.058,50	91,41%
	Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	9.447.627,16	54,17%
	TOTAL	30.200.000,00	30.200.000,00	21.109.685,66	69,90%
2009	Correntes	13.917.493,60	13.940.887,60	11.356.112,22	81,46%
	Capital	19.582.506,40	19.559.112,40	9.891.104,03	50,57%
	TOTAL	33.500.000,00	33.500.000,00	21.247.216,25	63,42%
2010	Correntes	13.959.641,88	14.939.441,88	12.803.101,64	85,70%
	Capital	15.700.358,12	14.720.558,12	9.402.316,12	63,87%
	TOTAL	29.660.000,00	29.660.000,00	22.205.417,76	74,87%
2011	Correntes	11.864.667,00	11.864.667,00	10.286.081,11	86,70%
	Capital	14.665.833,00	14.665.833,00	7.101.205,46	48,42%
	TOTAL	26.530.500,00	26.530.500,00	17.387.286,57	65,54%

2.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

➤ Evolução dos Fluxos Monetários

Com o objetivo de avaliar uma das possíveis fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise à evolução das receitas cobradas e das despesas pagas, durante o último quadriénio, de forma a perceber de que forma contribuíram para financiar o saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital), com o objetivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

Quadro nº 5 – Evolução dos Fluxos Financeiros

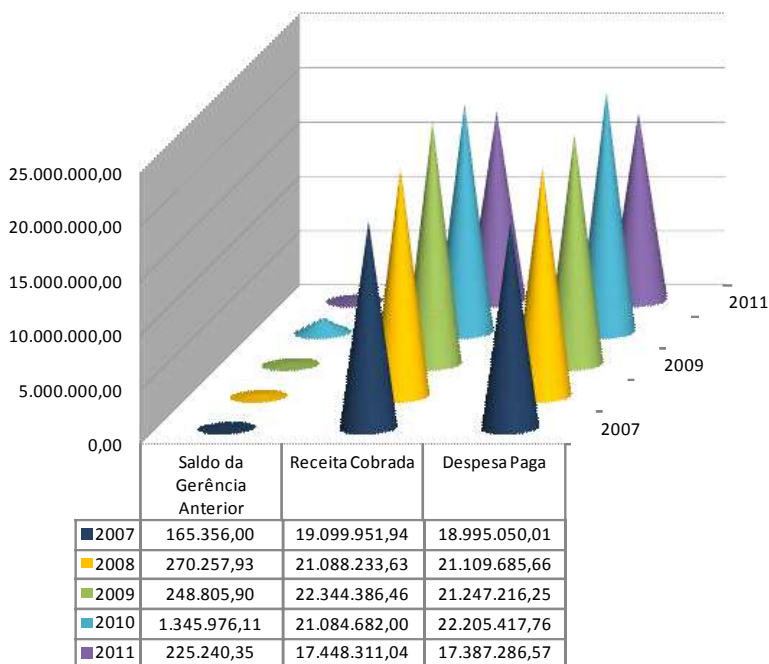
(unidade monetária : Euros)

2008			2009			2010			2011		
Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
270.257,93		270.257,93	248.805,90		248.805,90	1.345.976,11		1.345.976,11	225.240,35		225.240,35
12.804.347,52	11.662.058,50	1.142.289,02	12.650.058,53	11.356.112,22	1.293.946,31	11.455.286,88	12.803.101,64	-1.347.814,76	11.853.947,35	10.286.081,11	1.567.866,24
8.282.291,24	9.447.627,16	-1.165.335,92	9.687.094,07	9.891.104,03	-204.009,96	9.581.957,82	9.402.316,12	179.641,70	5.510.908,60	7.101.205,46	-1.590.296,86
1.594,87		1.594,87	7.233,86		7.233,86	47.437,30		47.437,30	83.455,09		83.455,09
21.358.491,56	21.109.685,66	248.805,90	22.593.192,36	21.247.216,25	1.345.976,11	22.430.658,11	22.205.417,76	225.240,35	17.673.551,39	17.387.286,57	286.264,82

No exercício económico de 2011, a receita corrente cobrada é superior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta. Comportamento inverso é evidenciado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior á despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao sal da gerência anterior.

Gráfico nº 3

Evolução dos Fluxos Monetários



Ao analisar o ano 2011 e na contrariando o registado no anterior exercício, conclui-se que a receita corrente cobrada superou a despesa corrente paga em €1.567.866,24, demonstrando que parte substancial das despesas de capital são financiadas quer pela poupança corrente quer pelo saldo de gerência anterior.

➤ Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias locais, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que o montante das receitas correntes seja pelo menos igual ao das despesas da mesma natureza.

Esta imposição legal, em termos de execução orçamental, funciona como forma de contenção do deficit orçamental e, simultaneamente, de formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

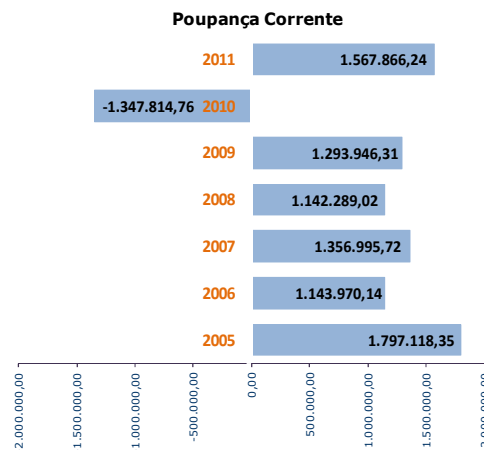
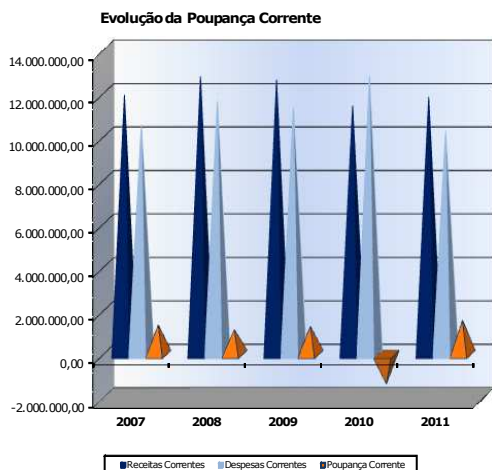
Com este princípio orçamental, pretende-se afetar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

A execução do orçamento do Município de Estarreja cumpre este princípio orçamental, com formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente bruta no exercício 2011 foi favorável no valor de €1.567.866,24.



Gráficos nº 4 e 5



Se à poupança corrente bruta acrescentarmos o valor das dívidas correntes transitadas do exercício anterior bem como o montante da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e retirarmos o valor das dívidas correntes que transitam para a gerência seguinte, obtemos a poupança corrente do exercício que permite uma análise mais rigorosa da capacidade de auto financiamento do Município do Estarreja. No exercício de 2011, a poupança líquida corrente do exercício manteve-se positiva mas um nível menor, tendo atingido um valor favorável (positivo) que ascendeu a €1.177.284,00, contra os €1.567.866,24.

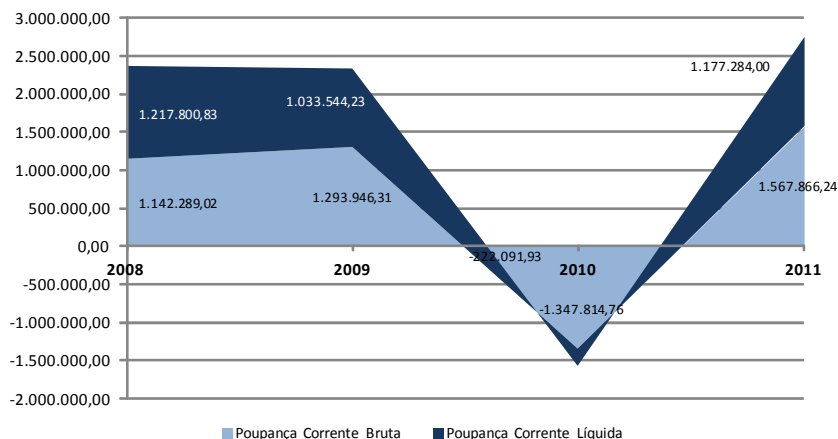
Quadro nº 6 - Poupança Líquida Corrente do Exercício

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente Executada	12.804.347,52	12.650.058,53	11.455.286,88	11.853.947,35
Despesa Corrente Executada	11.662.058,50	11.356.112,22	12.803.101,64	10.286.081,11
Poupança Corrente Executada	1.142.289,02	1.293.946,31	-1.347.814,76	1.567.866,24
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	421.821,28	312.764,36	975.458,69	543.691,71
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	312.764,36	975.458,69	543.691,71	370.888,44
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	276.578,73	243.033,62	645.325,87	1.339.281,72
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	243.033,62	645.325,87	1.339.281,72	775.896,21
Poupança Corrente do Exercício	1.217.800,83	1.033.544,23	-222.091,93	1.177.284,00

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

Gráfico nº 6 – Evolução de Poupança Corrente



2.1.4. Movimentos de Tesouraria

➤ Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa é um documento síntese que apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, sendo evidenciados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

De referir, que as operações de tesouraria que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entrada e saída sem implicações orçamentais, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2011, aparece descrito nos Quadros nº 7 e 8, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 19,04 milhões de euros – 17,45 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 1,14 milhão de operações de tesouraria, menos 4,76 milhões de euros do que o ano 2010.

De referenciar que o movimento das cauções quando em dinheiro está contemplado no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Quadro nº 7– Mapa Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Mapa de Fluxos de Caixa - Resumo			
RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS		PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	456.854,58	DESPESAS ORÇAMENTAIS	17.387.286,57
Da Conta de Execução Orçamental	225.240,35	Correntes	10.286.081,11
Operações Tesouraria	231.614,23	Capital	7.101.205,46
RECEITAS ORÇAMENTAIS	17.448.311,04	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1.182.053,12
Correntes	11.853.947,35	Operações de Tesouraria	1.182.053,12
Capital	5.510.908,60		
Outras	83.455,09		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	1.139.444,55	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	475.270,48
Operações de Tesouraria	1.139.444,55	Da Conta Execução Orçamental	286.264,82
		Da Conta Oper.Tesouraria	189.005,66
TOTAL	19.044.610,17	TOTAL	19.044.610,17

Quadro nº 8 – Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2010	225.240,35	231.614,23	456.854,58
(2) Receitas Arrecadadas	17.448.311,04	1.139.444,55	18.587.755,59
(3) Despesas Pagas	17.387.286,57	1.182.053,12	18.569.339,69
Saldo a transitar para 2012 (1+2-3)	286.264,82	189.005,66	475.270,48

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2011 verifica-se que a despesa global paga foi inferior à receita global cobrada em €61.024,47. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de €225.240,35, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de €286.264,82. Este saldo final da gerência do ano 2011 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza €475.270,48, dos quais €286.264,82 respeita a execução orçamental e €189.005,66 a saldo de operações de tesouraria.



Em relação ao saldo das operações de tesouraria evidenciado existiu uma diminuição no saldo da gerência que transita para o ano seguinte, conforme discriminado no mapa resumo seguinte

Quadro nº 9 – Resumo das Operações de Tesouraria

(unidade monetária : Euros)

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		79.907,09	880.994,47	856.531,77		55.444,39
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		32.517,00	387.822,90	383.910,38		28.604,48
24.2.1 Trabalho dependente		29.044,00	352.894,00	349.477,00		25.627,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		3.473,00	34.928,90	34.433,38		2.977,48
24.4 Restantes impostos		159,23	1.393,06	1.365,05		131,22
24.4.1 Imposto de selo		159,23	1.393,06	1.365,05		131,22
24.5 Contribuições para a Segurança Social		28.214,79	426.657,39	423.886,05		25.443,45
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		18.360,89	273.165,45	274.371,56		19.567,00
24.5.2 Segurança Social		6.504,02	103.210,03	102.582,46		5.876,45
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		3.349,88	50.281,91	46.932,03		0,00
24.6 Participação do EOEP em Multas e Coimas		25,00	105,00	80,00		0,00
24.9 Outras Contribuições		18.991,07	65.016,12	47.290,29		1.265,24
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	20,00	319,30		299,30
24.9.9 Outras		18.991,07	64.996,12	46.970,99		965,94
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		119.583,58	266.676,36	248.530,49		101.437,71
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27.373,29	22.440,39	22.440,39		27.373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	22.440,39	22.440,39		27.373,29
26.2 Pessoal		4.140,70	0,00	6.520,13		10.660,83
26.2.9 Outras operações com o pessoal		4.140,70	0,00	6.520,13		10.660,83
26.3 Sindicatos		532,46	6.151,32	6.115,16		496,30
26.8 Devedores e Credores diversos		87.537,13	238.084,65	213.454,81		62.907,29
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		67.533,98	218.624,88	193.995,04		42.904,14
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		20.003,15	19.459,77	19.459,77		20.003,15
TOTAL		231.614,23	1.147.670,83	1.105.062,26		189.005,66

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objeto de registo nestas contas: garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº10 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 10– Resumo das contas de Ordem

(unidade monetária : Euros)

Saldo da Gerência Anterior		4.325.028,66	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		996.657,43
Garantias e cauções	3.575.708,30				
Recibos para cobrança	749.320,36		Receita Virtual Cobrada	425.978,44	
			Receita Virtual Anulada	4.558,79	430.537,23
Garantias e Cauções Prestadas		738.078,98			
Receita Virtual Liquidada		495.648,18	Saldo para a Gerência Seguinte		4.131.561,16
			Garantias e Cauções	3.317.129,85	
			Recibos para cobrança	814.431,31	
TOTAL		5.558.755,82	TOTAL		5.558.755,82
		=====			=====

No início do ano de 2011, a autarquia detinha cerca de €749.320,36 recibos de cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de €495.648,18. No entanto, €425.978,44 foram transformados em receita efetiva e foram anulados €4.558,79, pelo que transitam para 2011 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de €814.431,31.

Por outro lado, para 2012 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €3.317.129,85 resultante de um saldo inicial de €3.575.708,30, a que deduziram da libertação de cauções em €996.657,43.



2.2. RECEITA

2.2.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita, revela uma depreciação dos valores absolutos arrecadados em 2011, em contraponto com o historial dos últimos exercícios. Essa depreciação redundou numa receita de €17.448.311,04, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 65,77 p.p..

Quadro nº 11– Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução (unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2007	2008	2009	2010	2011
Orçamento	29.960.000,00	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00
Execução	19.099.951,94	21.088.233,63	22.344.386,46	21.084.682,00	17.448.311,04
%	63,75%	69,83%	66,70%	71,09%	65,77%

Gráfico nº 7- Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

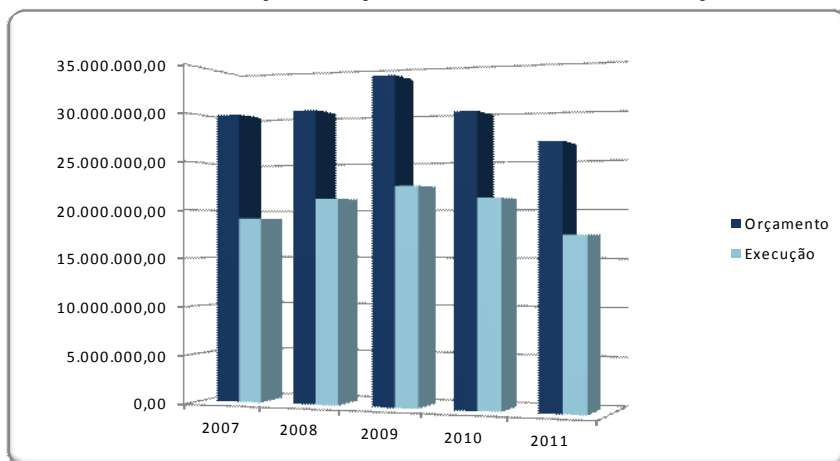
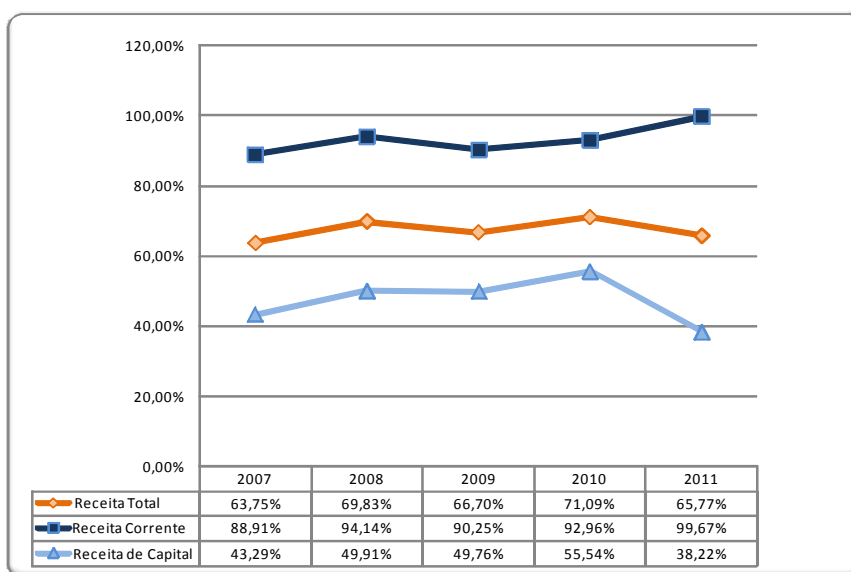


Gráfico nº 8- Evolução das Taxas de Execução da Receita



Quadro nº12 - Execução das Receitas

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	11.893.188,00	11.893.188,00	11.853.947,35	-39.240,65	99,67%	99,67%
Impostos Directos	3.494.300,00	3.494.300,00	3.703.695,43	209.395,43	105,99%	105,99%
Imposto municipal sobre Imóveis	2.173.000,00	2.173.000,00	1.839.861,37	-333.138,63	84,67%	84,67%
Imposto Único de Circulação	418.100,00	418.100,00	431.625,16	13.525,16	103,23%	103,23%
Imposto municipal s/ transmissão	496.500,00	496.500,00	535.608,20	39.108,20	107,88%	107,88%
Derrama	402.000,00	402.000,00	896.042,74	494.042,74	222,90%	222,90%
Impostos abolidos	4.200,00	4.200,00	557,96	-3.642,04	13,28%	13,28%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	791.950,00	791.950,00	712.096,05	-79.853,95	89,92%	89,92%
Taxas, Multas e Outras Penal.	358.900,00	358.900,00	192.216,52	-166.683,48	53,56%	53,56%
Rendimentos de Propriedade	560.700,00	560.700,00	674.504,93	113.804,93	120,30%	120,30%
Transferências Correntes	5.394.638,00	5.394.638,00	5.476.800,57	82.162,57	101,52%	101,52%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.085.200,00	1.085.200,00	939.127,91	-146.072,09	86,54%	86,54%
Outras Receitas Correntes	207.500,00	207.500,00	155.505,94	-51.994,06	74,94%	74,94%
Receitas de Capital	14.606.312,00	14.606.312,00	5.510.908,60	-9.496.059,16	37,73%	37,73%
Venda de Bens de Investimento	3.252.500,00	3.252.500,00	665.818,08	-2.586.681,92	20,47%	20,47%
Transferências de Capital	10.431.412,00	10.431.412,00	4.329.346,28	-6.102.065,72	41,50%	41,50%
Passivos Financeiros	916.400,00	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	56,28%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	916.400,00	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	56,28%
Outras Receitas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	-6.000,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	31.000,00	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	269,21%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	31.000,00	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	269,21%
Total da receita	26.530.500,00	26.530.500,00	17.448.311,04	-9.482.844,72	65,77%	65,77%

Com base no quadro nº12, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€26.530.500,00), com o efetivamente arrecadado (€17.448.311,04) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 65,77 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao inicialmente previsto em €9.482.844,72.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efetivamente cobradas, é inferior às orçadas, em €39.240,65, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 99,67%, com desvio de apenas 0,33 p.p..

Para esta taxa de execução da receita corrente, destaque para o desempenho dos Impostos Diretos (+5,99 p.p.), Rendimentos de Propriedade (+20,30 p.p.) e das Transferências Correntes (+1,52 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para as Taxas, Multas e Outras Penalidades (-46,44), Venda de Bens e Serviços Correntes (-13,46) e Impostos Indiretos (-10,08).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em € 9.496.059,16, correspondendo a uma taxa de execução de 37,73%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões da Venda de Bens de Investimento (-79,53), Transferências de Capital (-58,50) e Passivos Financeiros (-43,72). As duas primeiras situações prendem-se com a conjuntura económica, que limitam as condições de investimento face às incertezas dos demais agentes e impedem o normal nível de transferências para o Município, com atraso de encaixa de financiamentos comunitários.



2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

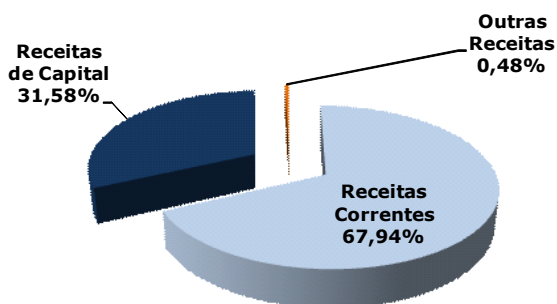
Com base nos valores descritos no quadro nº13 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2011, o Município de Estarreja arrecadou €11.853.947,35 de Receitas Correntes, €5.510.908,60 de Receitas de Capital e €83.455,09 de Outras Receitas, perfazendo um total de €17.448.311,04 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de receitas arrecadadas de 17,25%.

Quadro nº 13- Evolução da Receita (2010/2011)

(unidade monetária : Euros)

	2010	2011	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	11.455.286,88	11.853.947,35	67,94%	398.660,47	3,48%
Receitas de Capital	9.581.957,82	5.510.908,60	31,58%	-4.071.049,22	-42,49%
Outras	47.437,30	83.455,09	0,48%	36.017,79	75,93%
Receitas Totais	21.084.682,00	17.448.311,04	100,00%	-3.636.370,96	-17,25%

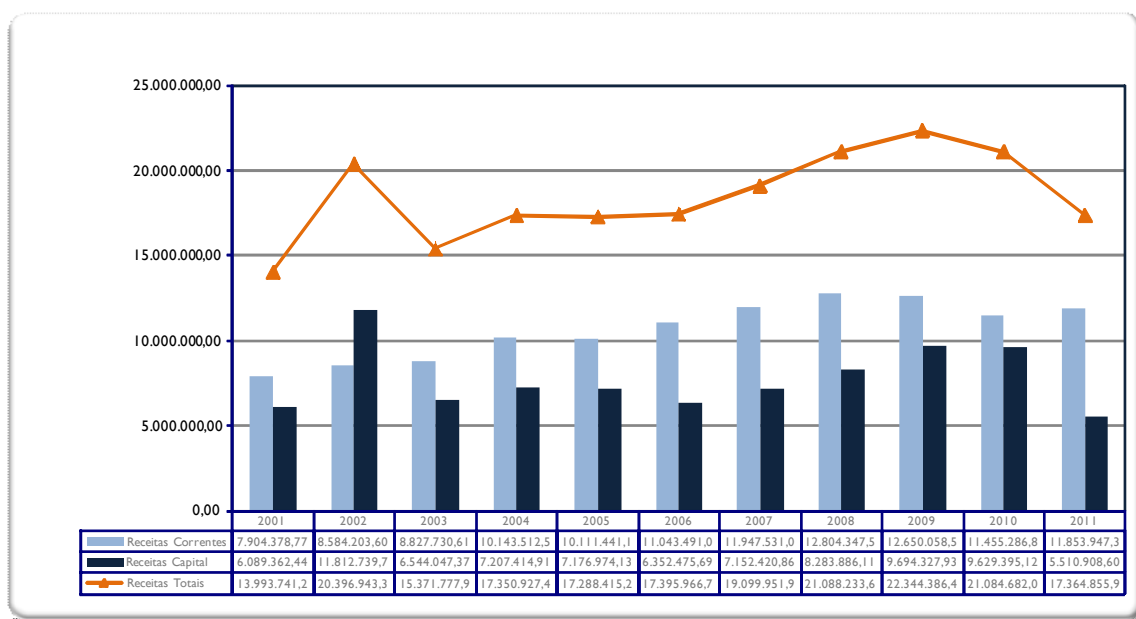
Gráfico nº 9- Estrutura Interna das Receitas 2010



Constata-se que 67,94% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto as receitas de capital representam 31,58% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2011.

Comparativamente ao ano 2010 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 42,49%, tendo as Receitas Correntes aumentado 3,48%.

Gráfico nº 9 – Evolução das Receitas (2001-2011)



Verifica-se ao longo dos anos em análise um crescimento da receita total do Município de Estarreja com uma diminuição em 2011 mantendo e agravando a tendência registada já em 2010.

Importar referir que em 2011 as autarquias locais sentiram efeitos dos Planos de Estabilidade e Crescimento tendo este Município sido penalizado, ao receber menos €371.893,00 de fundos provenientes do Orçamento de Estado.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um decréscimo de cerca de 5,32 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi diferente quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução superior á do ano 2010 em 3,48 p.p., as receitas de capital assistiram a um decréscimo significativo da sua execução com uma diminuição de 17,57 p.p..

Um dos grandes contributos para o decréscimo registado nas receitas de capital deve-se a que no ano 2010, não se tendo repetido em 2011, existiu a arrecadação de €3.283.504,78 de receita respeitante a retribuição inicial da empresa "Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A." (AdRA) como contrapartida pecuniária da cedência da utilização das infraestruturas, bem como a exploração e gestão dos serviços públicos de água e saneamento. Importa, igualmente, salientar que ficaram algumas verbas referentes a fundos comunitários que permitiriam atingir valores de receita de capital de ordem superior ao registado

Quadro nº14 - Execução Homóloga da Receita

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2010				2011				? Exec 2010/2011	Tx Cresci.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	12.322.830,00	11.455.286,88	-867.543,12	92,96%	11.893.188,00	11.853.947,35	-39.240,65	99,67%	398.660,47	3,48%
Impostos Directos	3.431.300,00	2.999.500,27	-431.799,73	87,42%	3.494.300,00	3.703.695,43	209.395,43	105,99%	704.195,16	23,48%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.606.650,00	1.859.846,67	253.196,67	115,76%	2.173.000,00	1.839.861,37	-333.138,63	84,67%	-19.985,30	-1,07%
Imposto Único Circulação	360.000,00	405.025,97	45.025,97	112,51%	418.100,00	431.625,16	13.525,16	103,23%	26.599,19	6,57%
Imposto municipal s/ transmissões o	753.600,00	462.394,80	-291.205,20	61,36%	496.500,00	535.608,20	39.108,20	107,88%	73.213,40	15,83%
Derrama	700.000,00	268.096,72	-431.903,28	38,30%	402.000,00	896.042,74	494.042,74	222,90%	627.946,02	234,22%
Impostos abolidos	10.000,00	4.136,11	-5.863,89	41,36%	4.200,00	557,96	-3.642,04	13,28%	-3.578,15	-86,51%
Impostos Directos Diversos	1.050,00	0,00	-1.050,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	403.900,00	258.884,12	-145.015,88	64,10%	791.950,00	712.096,05	-79.853,95	89,92%	453.211,93	175,06%
Taxas, Multas e Outras Penal.	294.900,00	323.395,14	28.495,14	109,66%	358.900,00	192.216,52	-166.683,48	53,56%	-131.178,62	-40,56%
Rendimentos de Propriedade	601.500,00	367.874,09	-233.625,91	61,16%	560.700,00	674.504,93	113.804,93	120,30%	306.630,84	83,35%
Transferências Correntes	5.796.512,00	5.552.938,12	-243.573,88	95,80%	5.394.638,00	5.476.800,57	82.162,57	101,52%	-76.137,55	-1,37%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.477.218,00	1.794.032,38	316.814,38	121,45%	1.085.200,00	939.127,91	-146.072,09	86,54%	-854.904,47	-47,65%
Outras Receitas Correntes	317.500,00	158.662,76	-158.837,24	49,97%	207.500,00	155.505,94	-51.994,06	74,94%	-3.156,82	-1,99%
Receitas de Capital	17.327.170,00	9.581.957,82	-7.739.716,96	55,30%	14.606.312,00	5.510.908,60	-9.095.403,40	37,73%	-4.071.049,22	-42,49%
Venda de Bens de Investimento	4.065.800,00	756.847,76	-3.308.952,24	18,61%	3.252.500,00	665.818,08	-2.586.681,92	20,47%	-91.029,68	-12,03%
Transferências de Capital	8.907.370,00	5.541.605,28	-3.365.764,72	62,21%	10.431.412,00	4.329.346,28	-6.102.065,72	41,50%	-1.212.259,00	-21,88%
Passivos Financeiros	1.065.000,00	0,00	-1.065.000,00	0,00%	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	515.744,24	n.a.
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.065.000,00	0,00	-1.065.000,00	0,00%	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	515.744,24	n.a.
Outras Receitas de Capital	3.289.000,00	3.283.504,78	-5.495,22	99,83%	6.000,00	0,00	-6.000,00	0,00%	-3.283.504,78	-100,00%
Outras Receitas	10.000,00	47.437,30	37.437,30	474,37%	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	36.017,79	75,93%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	10.000,00	47.437,30	37.437,30	474,37%	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	36.017,79	75,93%
Total da receita	29.660.000,00	21.084.682,00	-8.569.822,78	71,09%	26.530.500,00	17.448.311,04	-9.082.188,96	65,77%	-3.636.370,96	-17,25%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** aumentaram 23,48% traduzindo um aumento de arrecadação de receita face a 2010 de €704.195,16, e que são reflexo do forte acréscimo registado da Derrama (+234,22 p.p.) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (+15,83 p.p.) e o Imposto Único de Circulação (+6,57 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se um crescimento de 175,06 p.p. com relevo para o forte desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (+ 678,18 p.p.), da rubrica Publicidade (+53,73 p.p.) e de Loteamentos e Obras (+47,55 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu uma óbvia quebra (-40,56 p.p.) com o fim de arrecadação de receitas de taxas se saneamento com a transferência do negócio inerente à gestão e exploração dos serviços de água e saneamento.



Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram um crescimento significativo devido essencialmente ao encaixe no ano 2011 de uma renda de concessão da EDP referente ao ano anterior, traduzindo um desempenho fortemente positivo da rubrica Rendas do Domínio Público. Outra componente que registou um crescimento significativo foi a rubrica de Dividendos e outras participações em lucros com distribuição de dividendos do exercício 2010 da ADRA,S.A. no valor €78.594,49.

As **Transferências Correntes** apresentaram um decréscimo de 1,37 p.p. que resulta essencialmente da redução das transferências dos fundos municipais do Orçamento de Estado, com um decréscimo em termos absolutos no valor de €125.316,14 (-2,57 p.p.)

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um decréscimo de 47,65 p.p., dá se destaque à redução verificada na cobrança de receitas como a rubrica Taxas Específicas das Autarquias Locais/Saneamento e a rubrica Taxas Específicas das Autarquias Locais/Distribuição de Água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais), sendo de registar uma redução de receitas nesta área de €1.296.034,61. No entanto desta rubrica económica de Venda de Bens e Serviços Correntes é de referir a evolução positiva relevante das receitas arrecadadas com os Serviços Recreativos, Culturais e Desportivos com um crescimento na receita de €158.381,48 (+77,05p.p.) relativamente ao registado no ano anterior. Ainda de referir, o desempenho positivo da rubrica de Resíduos Sólidos Urbanos com um crescimento da receita em €215.334,92.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho mais fraco do que o registado no ano anterior, no entanto com um decréscimo de apenas 12,03 p.p. contra o decréscimo de 56,39 p.p. verificado em 2010. De referir, que a descida na venda de terrenos foi relativamente compensado com venda de maquinaria e outros equipamentos, associados à exploração dos serviços de saneamento e água, à ADRA,S.A.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um decréscimo de 21,88 p.p. por via do efeito de medidas de austeridade que retirou ao Município de Estarreja um montante de €126.929,00 referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro Municipal e em simultâneo a não execução financeira de projetos QREN.

As receitas arrecadadas (€ 515.744,24) na rubrica **Passivos Financeiros** dizem respeito a utilização de capital do empréstimo excecionado afeto aos investimentos que o Município se encontra a realizar no Parque Escolar (*Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó, Ampliação da Escola Básica e Integrada com JI Padre Donaciano Abreu Freire - Freguesia de Beduido e Construção da Escola Básica e integrada com JI Sul do Concelho - Salreu*)

Pela análise do quadro nº 15, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 56,20 pp, seguido dos Impostos Diretos com 21,23 pp e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 5,36 pp.

Quadro nº 15 - Estrutura da Receita executada em 2011

(unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital / Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Impostos Directos	3.703.695,43	31,24%	21,23%	Venda de Bens de Investimento	665.818,08	11,90%	3,82%
Imposto municipal sobre imóveis	1.839.861,37	15,52%	10,54%	Transferências de Capital	4.329.346,28	77,39%	24,81%
Imposto Único de Circulação	431.625,16	3,64%	2,47%	F.E.F.	2.374.320,00	42,44%	13,61%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	535.608,20	4,52%	3,07%	Outras	1.955.026,28	34,95%	11,20%
Derrama	896.042,74	7,56%	5,14%	Passivos Financeiros	515.744,24	9,22%	2,96%
Impostos abolidos	557,96	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	515.744,24	9,22%	2,96%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	712.096,05	6,01%	4,08%	Outras Receitas	83.455,09	1,49%	0,48%
Taxas, Multas e Outras Penal.	192.216,52	1,62%	1,10%	Reposições não abatidas nos pagam.	83.455,09	1,49%	0,48%
Rendimentos de Propriedade	674.504,93	5,69%	3,87%				
Transferências Correntes	5.476.800,57	46,20%	31,39%				
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.751.459,00	40,08%	27,23%				
Outras	725.341,57	6,12%	4,16%				
Venda de Bens e Serviços Correntes	939.127,91	7,92%	5,38%				
Venda de Bens	52.282,01	0,44%	0,30%				
Prestações de Serviços	856.560,41	7,23%	4,91%				
Rendas e Alugueres	30.285,49	0,26%	0,17%				
Outras Receitas Correntes	155.505,94	1,31%	0,89%				
Totais de Receitas Correntes	11.853.947,35	100,00%	67,94%	Totais de Receitas de Capital / Outras	5.594.363,69	100,00%	32,06%
TOTAL DAS RECEITAS TOTAIS				17.448.311,04			



As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

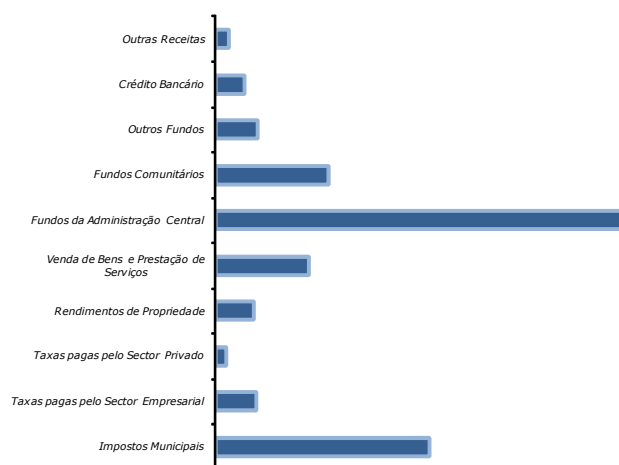
Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2011, representando 31,24% das Receitas Correntes e 21,23% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2011 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida:

Quadro nº 16 (unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	3.703.695,43	21,23%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	712.096,05	4,08%
Taxas pagas pelo Sector Privado	192.216,52	1,10%
Rendimentos de Propriedade	674.504,93	3,87%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.604.945,99	9,20%
Fundos da Administração Central	7.125.779,00	40,84%
Fundos Comunitários	1.955.026,28	11,20%
Outros Fundos	725.341,57	4,16%
Crédito Bancário	515.744,24	2,96%
Outras Receitas	238.961,03	1,37%
Total da receita	17.448.311,04	100,00%

Gráfico nº10



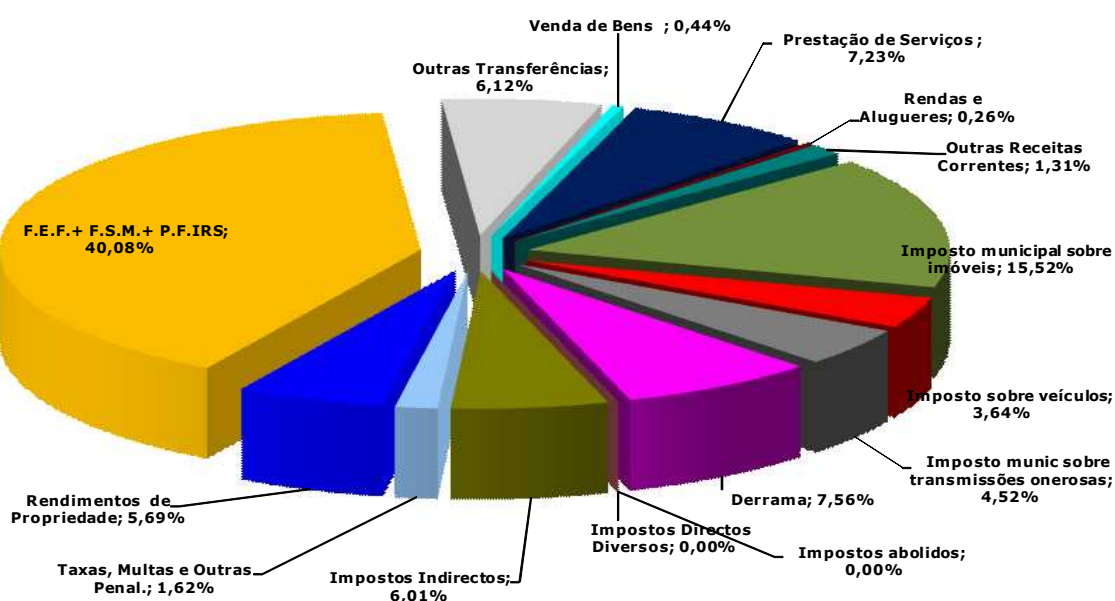
2.2.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2011, encontra-se descrita no gráfico nº 11.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 40,08% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 21,23% das Receitas Correntes.

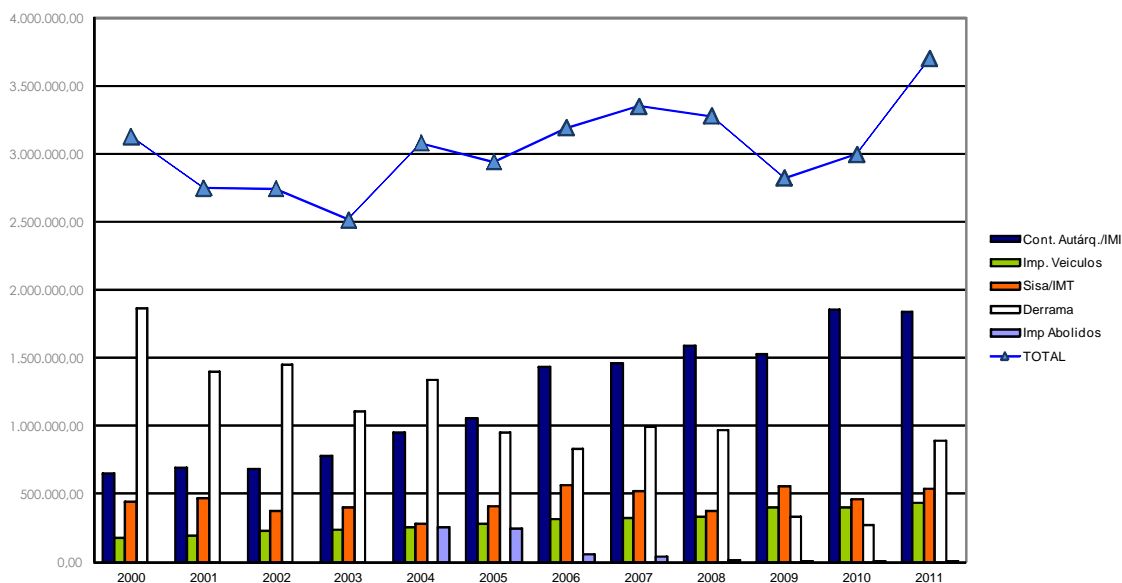
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 5,38% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 11



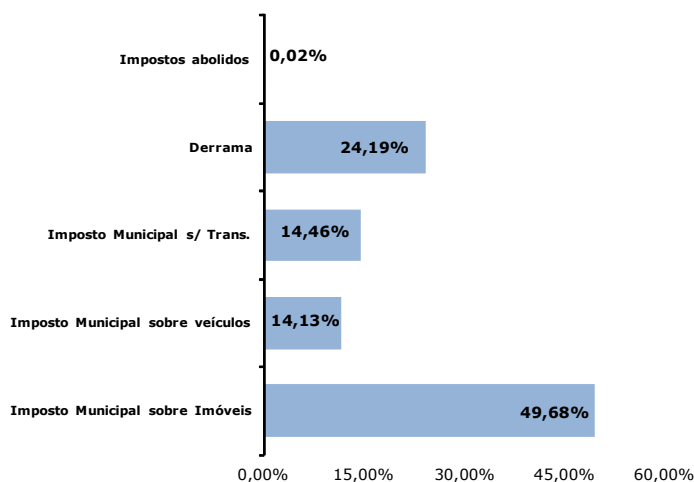
➤ Impostos Directos

Gráfico nº12 – Evolução dos Impostos Directos (2000-2011)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2011, €3.703.695,40 correspondem a Impostos Diretos, representando 21,23 % das Receitas Totais, verificando-se um aumento de 23,48% relativamente a 2010.

Gráfico nº13 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2011)

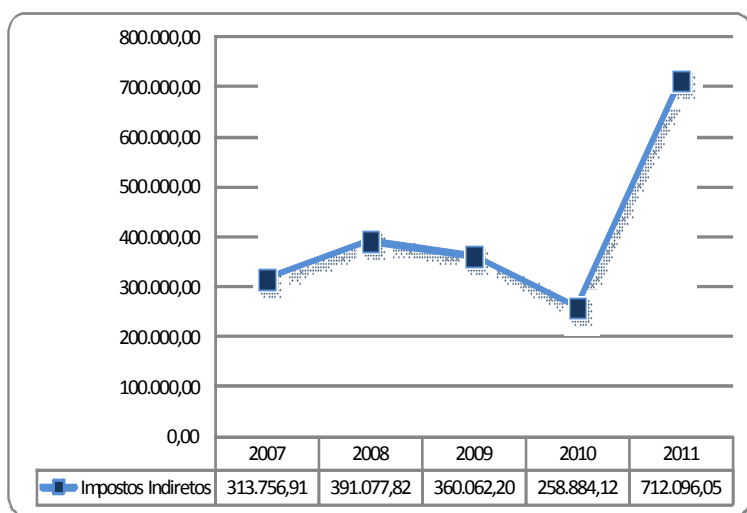


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre imóveis é responsável por 49,68% do total dos impostos arrecadados em 2011, seguindo-se a derrama com 24,19%.

➤ Impostos Indirectos

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº14 – Impostos Indiretos no período 2007-2011

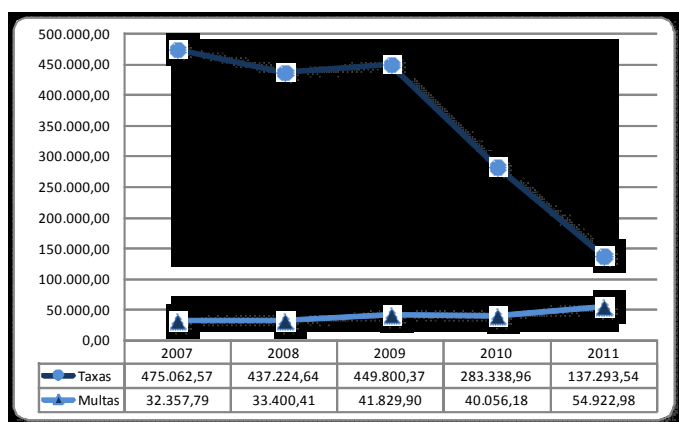


Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública, responsável por 67,53% desta rubrica em 2011, seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Mercados e Feiras (21,19%).

No ano económico de 2011, os impostos indirectos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €712.096,05, apresentando um crescimento de 175,06pp, correspondendo em termos absolutos a um aumento de €453.211,93 relativamente ao verificado em 2010.

➤ **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

Gráfico nº15 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2007-2011



No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 1,10% da Receita Total em 2011, contra os 2,66% em 2007.

Quadro nº 17 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades (unidade monetária : Euros)

Designação	2011		2010		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	118.102,45	61,44%	103.960,65	32,15%	13,60%
Ocupação da Via Pública	7.532,59	3,92%	4.872,41	1,51%	54,60%
Caça, Uso e Porte de Armas	269,51	0,14%	209,31	0,06%	28,76%
Saneamento	0,00	0,00%	159.535,18	49,33%	-100,00%
Outros	11.388,99	5,93%	14.761,41	4,56%	-22,85%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	11.388,99	5,93%	14.761,41	4,56%	-22,85%
SUBTOTAL	137.293,54	71,43%	283.338,96	87,61%	-51,54%
Multas e Outras Penalidades					
		0,0%			
Coimas e penalidades por contra-ordenações	6.347,04	3,30%	18.681,78	5,78%	-66,03%
Juros de Mora	44.476,55	23,14%	7.115,61	2,20%	525,06%
Multas e penalidades diversas	4.099,39	2,13%	14.258,79	4,41%	-71,25%
SUBTOTAL	54.922,98	28,57%	40.056,18	12,39%	37,11%
TOTAL	192.216,52	100,00%	323.395,14	100,00%	-40,56%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €137.293,54, que representa uma significativa diminuição de 51,54%, comparativamente com 2010, sendo os loteamentos de obras (61,44%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 1,16% das Receitas Correntes e 0,79% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efectivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2011, €54.922,98, traduzindo um crescimento de 31,11% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,31% das Receitas Totais e 0,46% das Receitas Correntes.



➤ **Rendimentos de Propriedade**

As receitas provenientes de rendimentos de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 3,87% das Receitas Totais e 5,67% das Receitas Correntes.

Quadro nº 18 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : Euros)

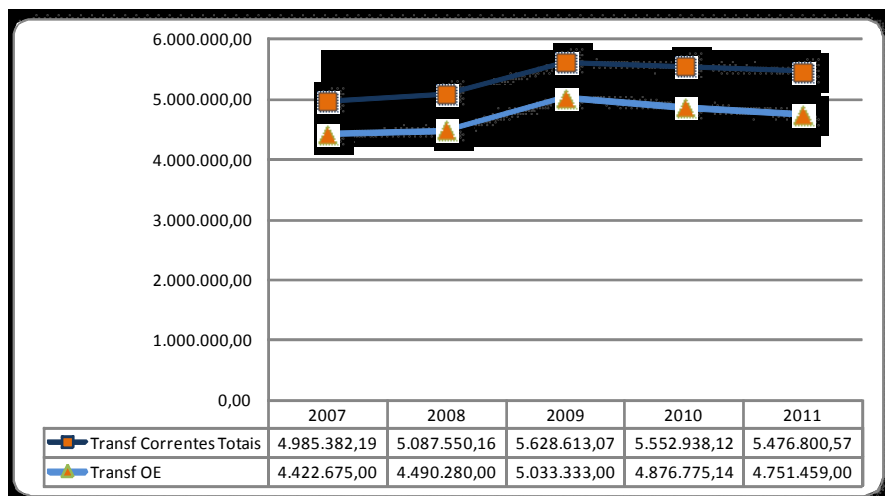
Designação	2011		2010		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	15.573,60	2,31%	21.695,07	5,90%	-28,22%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	15.573,60	2,31%	21.695,07	5,90%	-28,22%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	78.594,49	11,65%	2.016,26	0,55%	3798,03%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	78.594,49	11,65%	2.016,26	0,55%	3798,03%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	580.336,84	86,04%	344.162,76	93,55%	68,62%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	580.336,84	86,04%	344.162,76	93,55%	68,62%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	674.504,93	100,00%	367.874,09	100,00%	83,35%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ADRA, S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP.

➤ **Transferências Correntes**

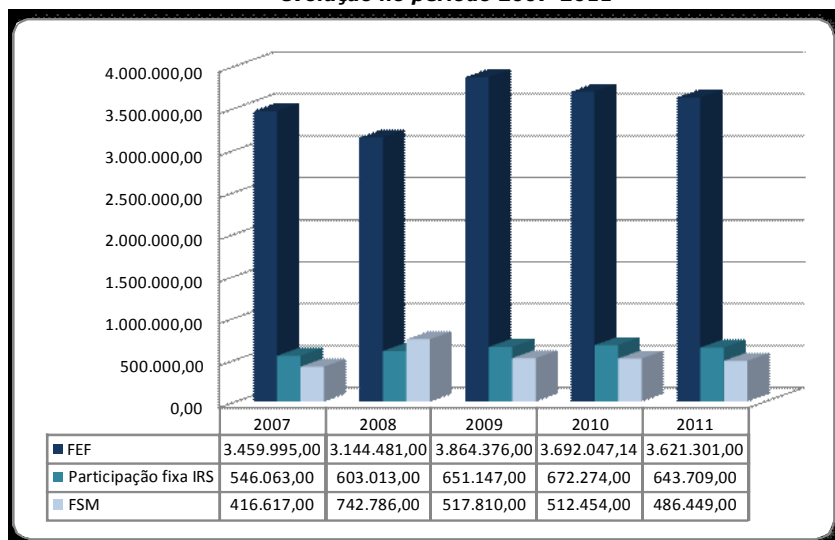
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando em 2011, 31,39% do total da receita 46,20 da receita corrente auferida. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2011, os €5.476.800,57, representando 31,39% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº16 – Evolução das Transferências Correntes no período 2007-2011



No atual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS.**

**Gráfico nº17 – Repartição de recursos públicos entre Estado e a autarquia
- evolução no período 2007-2011**



No geral verificamos uma evolução negativa dos montantes transferidos desde 2009.

No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 86,76% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido uma diminuição €125.316,14 que somado á diminuição já registada de 2009/2010, somando um decréscimo global, neste último biénio, de €281.874,00 (-5,6 pp).

Quadro nº 19 - Desagregação das Transferências Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2010		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	1.818,94	0,03%	528,08	0,01%	244,44%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	1.818,94	0,03%	528,08	0,01%	244,44%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	5.278.900,87	96,39%	5.407.783,82	97,39%	-2,38%
Estado	5.236.203,16	95,61%	5.371.450,52	96,73%	-2,52%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.621.301,00	66,12%	3.692.047,14	66,49%	-1,92%
Fundo Social Municipal	486.449,00	8,88%	512.454,00	9,23%	-5,07%
Participação Fixa no IRS	643.709,00	11,75%	672.274,00	12,11%	-4,25%
Outras	484.744,16	8,85%	494.675,38	8,91%	-2,01%
Estado- Participação comunitária	42.697,71	0,78%	36.333,30	0,65%	17,52%
Famílias	196.080,76	3,58%	144.626,22	2,60%	35,58%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	5.476.800,57	100,00%	5.552.938,12	100,00%	-1,37%

Na sub-rubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar. No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um acréscimo relativamente à execução do ano anterior de 35,58%.

De forma discriminativa, no quadro nº20 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 20 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras

(unid monet.: Euros)

Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras

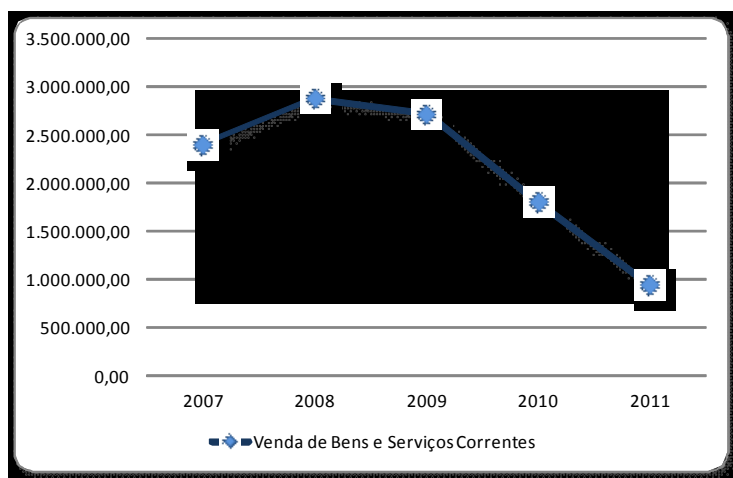
Designação	2010	2011
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	47.902,82	76.862,09
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	34.407,26	35.985,84
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	44.253,00	45.663,80
Direcção Geral das Autarquias Locais Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	39.666,69	0,00
Direcção Regional de Educação do Centro Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	109.554,02	71.694,95
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	18.875,11	34.804,28
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	179.975,53	209.562,50
Instituto de Desenvolvimento Social Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	19.559,04	10.170,70
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.692.047,14	3.621.301,00
Fundo Social Municipal	512.454,00	486.449,00
Participação Fixa no IRS	672.274,00	643.709,00
Estados- Participação Comunitária POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - RAMPA		3.624,90
POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - PEPAL		39.072,81
Diversos - Famílias e Donativos Diversos - Famílias e Donativos	144.626,22	197.899,70
TOTAL	5.515.594,83	5.476.800,57

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas "Transferências Correntes – Receita" (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €939.127,91, menos €854.904,47 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 47,65% deste tipo de receitas.

Gráfico nº18 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



A Venda de bens e Prestação de Serviços responde por 5,38% do total da receita de 2011, verificando-se uma diminuição ao longo dos anos e com maior incidência em 2010, com à redução verificada na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais)

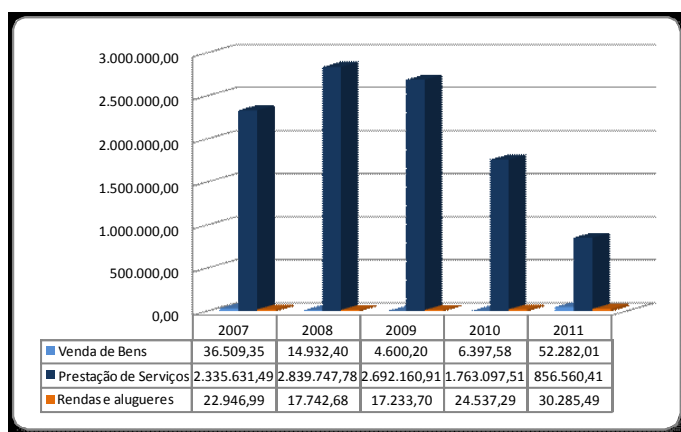


Quadro nº 21 - Desagregação da Venda de Bens e Prestações de Serviços

(unid. monetária : Euros)

Designação	2011	2010	2009	2008	2007
Venda de Bens	52.282,01	6.397,58	4.600,20	14.932,40	36.509,35
Publicações e Impressos	0,00	0,00	79,09	11.879,94	28.774,60
Bens Inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.282,01	6.397,58	4.521,11	3.052,46	7.734,75
Prestação de Serviços	856.560,41	1.763.097,51	2.692.160,91	2.839.747,78	2.335.631,49
Aluguer de Espaços e Equipamentos	34.978,16	2.772,91	1.148,57	1.627,29	50,00
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais:	363.939,00	205.557,52	181.615,90	168.929,25	146.503,72
<i>Serviços Recreativos</i>	8.716,50	2.666,50	825,50	787,00	1.340,00
<i>Serviços Culturais</i>	53.485,32	22.844,87	19.514,87	18.760,69	19.017,00
<i>Serviços Desportivos</i>	301.737,18	180.046,15	161.275,53	149.381,56	126.146,72
Serviços Específicos das Autarquias	457.643,25	1.554.767,08	2.509.396,44	2.669.191,24	2.189.077,77
<i>Saneamento</i>	17,80	730.980,83	965.164,93	1.074.285,53	817.591,38
<i>Resíduos Sólidos</i>	403.896,11	188.561,19	306.760,46	309.337,65	294.207,20
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	4.256,87	27.582,79	58.947,28	95.993,80	76.224,73
<i>Mercados e Feiras</i>	6.072,33	549,96	533,94	3.251,58	4.795,01
<i>Distribuição de Água</i>	29,03	565.100,61	1.139.777,60	1.136.342,10	945.692,25
<i>Parques de Estacionamento</i>	8.382,09	7.877,69	7.904,60	12.090,72	11.358,10
<i>Outros</i>	34.989,02	34.114,01	30.307,63	37.889,86	39.209,10
Rendas e Alugueres	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
Edifícios	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
TOTAL	939.127,91	1.794.032,38	2.713.994,81	2.872.422,86	2.395.087,83

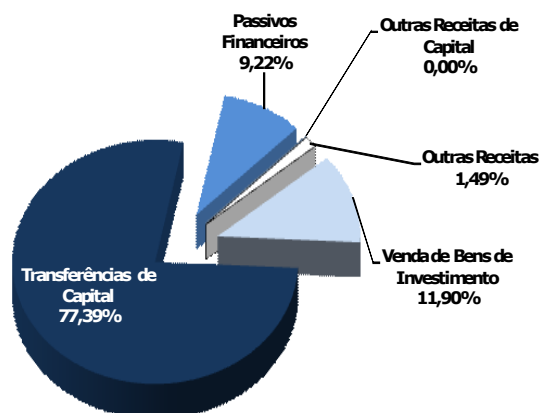
Gráfico nº19 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 43,01 do total da receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos.

2.2.4. Análise das Receitas de Capital

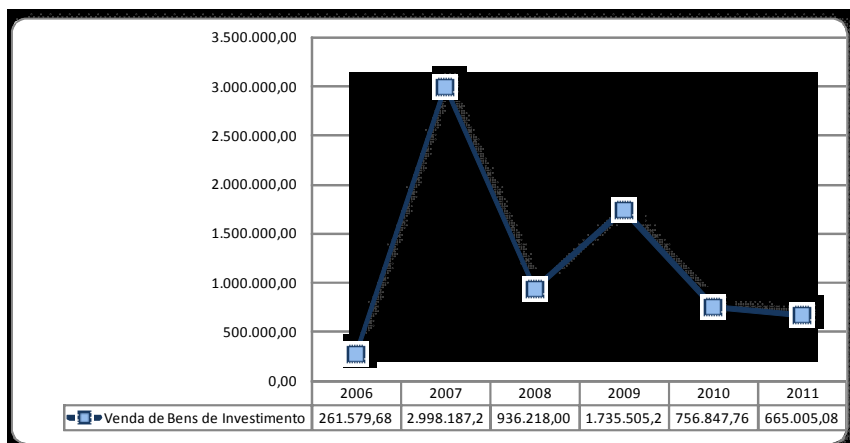
Gráfico nº20 – Repartição das Receitas de Capital 2011



A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2010, encontra-se descrita no gráfico nº

➤ Venda de Bens de Investimento

Gráfico nº21 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2006-2011)



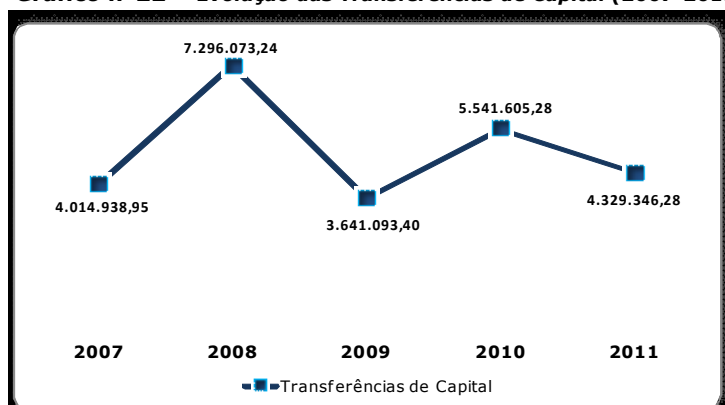
A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

De referir, que a descida na venda de terrenos foi relativamente compensado com venda de maquinaria e outros equipamentos, associados á exploração dos serviços de saneamento e água, á ADRA,S.A.

➤ Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

Gráfico nº22 – Evolução das Transferências de Capital (2007-2011)

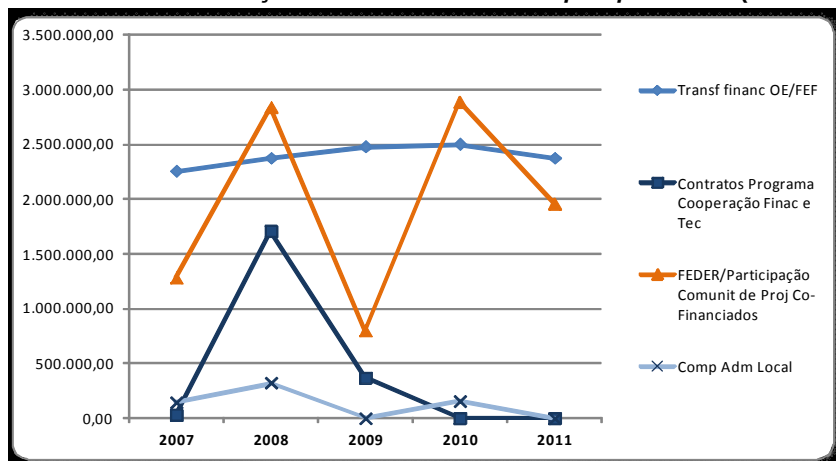


As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se uma diminuição significativa, na ordem dos 21,88 % nas receitas provenientes de Transferências de Capital

No ano de 2011, entraram nos cofres do município €4.329.346,28 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 54,84% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Gráfico nº23 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2007-2011)



Nota-se uma ligeira descida nas receitas provenientes de transferências de capital do Orçamento de Estado, em relação ao registado em 2010, de cerca €126.929,00, traduzindo um decréscimo de 5,07%.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se uma redução de 3,42% em relação ao transferido em 2010. Relacionando com o valor transferido em 2009 temos uma redução que ascende a 5,13%.

Quadro nº 22 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado

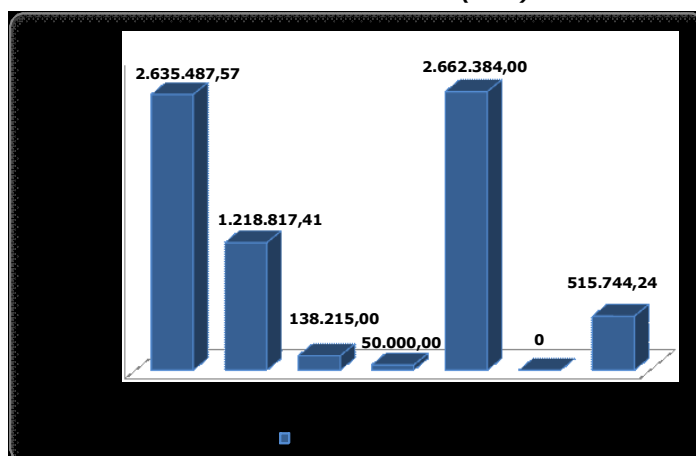
(unid. monetária : Euros)

	2007	2008	2009	2010	2011
Transferências Correntes OE	4.422.675,00	4.490.280,00	5.033.333,00	4.876.775,14	4.751.459,00
Transferências de Capital OE	2.255.222,00	2.373.191,00	2.477.370,00	2.501.249,00	2.374.320,00
TOTAL Transferências do OE	6.677.897,00	6.863.471,00	7.510.703,00	7.378.024,14	7.125.779,00

➤ Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, foi significativamente condicionado no período, por conta das restrições introduzidas a partir de 2002 designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado

Gráfico nº24 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2011 recorreu a este tipo de receita, tendo um tendência oscilante durante o período em análise. Em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do **PREDE_Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado**.

No ano 2011, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €515.744,24 referente a utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excepcionado afeto aos investimentos que o Município se encontra a realizar no Parque Escolar (*Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó, Ampliação da Escola Básica e Integrada com JI Padre Donaciano Abreu Freire - Freguesia de Beduido e Construção da Escola Básica e integrada com JI Sul do Concelho - Salreu*)



2.3. DESPESA

2.3.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Num primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O Orçamento da Despesa acompanha o nível das receitas previsíveis e nesse sentido foram alocados todos os recursos em sede de orçamento da despesa inicial e corrigida.

Quadro nº 23- Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução (unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2007	2008	2009	2010	2011
Orçamento	29.960.000,00	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00
Execução	18.995.050,01	21.109.685,66	21.247.216,25	22.205.417,76	17.387.286,57
%	63,40%	69,90%	63,42%	74,87%	65,54%

Gráfico nº 25- Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

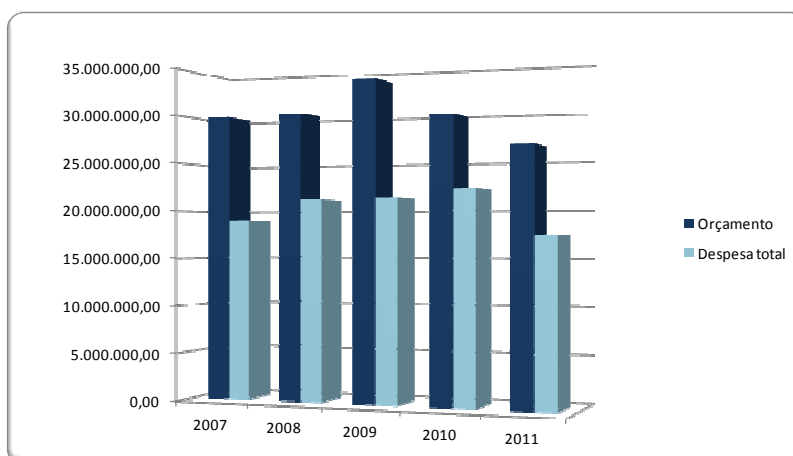
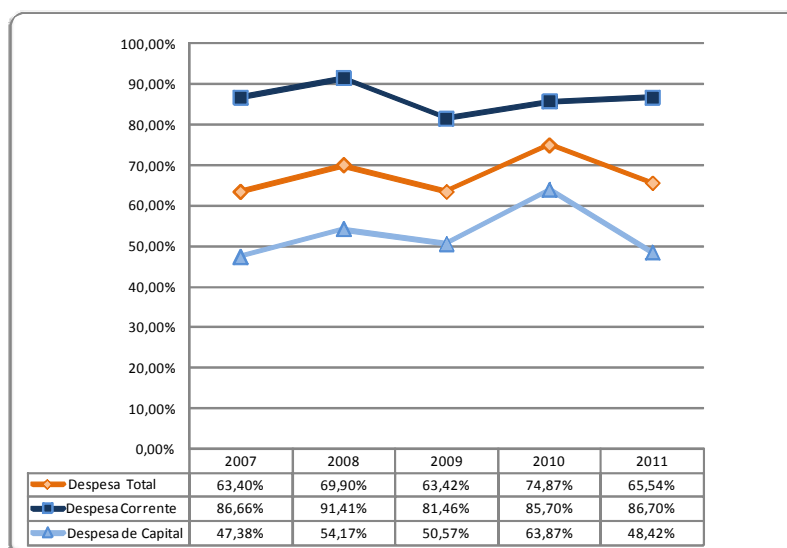


Gráfico nº 26- Evolução das Taxas de Execução da Despesa



A análise do quadro nº24 permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital – e, por outro, a sua natureza – despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 24 – Execução da Despesa Paga

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial	(a) Final (b)		Valor(c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Despesas Correntes	11.864.667,00	11.864.667,00	10.286.081,11	-1.578.585,89	86,70%	86,70%
Despesas com Pessoal	5.048.100,00	4.805.823,00	4.712.412,68	-93.410,32	93,35%	98,06%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.508.487,00	5.605.605,00	4.324.224,95	-1.281.380,05	78,50%	77,14%
Encargos correntes da dívida	299.000,00	275.950,00	185.715,46	-90.234,54	62,11%	67,30%
Transferências Correntes	811.800,00	960.689,00	869.592,88	-91.096,12	107,12%	90,52%
Outras Despesas Correntes	197.280,00	216.600,00	194.135,14	-22.464,86	98,41%	89,63%
Despesas de Capital	14.665.833,00	14.665.833,00	7.101.205,46	-7.564.627,54	48,42%	48,42%
Aquisição de Bens de Investimento	11.553.306,00	11.583.990,01	4.755.463,49	-6.828.526,52	41,16%	41,05%
Transferências de Capital	1.303.000,00	1.588.339,99	865.706,77	-722.633,22	66,44%	54,50%
Activos Financeiros	316.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	#DIV/0!
Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.490.000,00	1.480.035,20	-9.964,80	99,33%	99,33%
Outras Despesas de Capital	3.503,00	3.503,00	0,00	-3.503,00	0,00%	0,00%
Total da Despesa	26.530.500,00	26.530.500,00	17.387.286,57	-9.143.213,43	65,54%	65,54%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado das Despesas Totais (€26.530.500,00), com o efetivamente realizado (€17.387.286,57) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 65,54%, ou seja, o valor efectivo da despesa realizada foi inferior ao inicialmente previsto em €9.143.213,43.

Assinala-se um decréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2011, de cerca de 9,3 p.p. em relação ao apurado no exercício 2010.

No entanto a taxa de execução da despesas correntes conheceu um pequeno aumento de 1 p.p. enquanto que a taxa de execução das despesas de capital diminuíram fortemente assinalando uma descida de 15,45 p.p..

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 86,70% em contraposição com os 48,42% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever ao investimento direto, cuja execução se limitou a 41,05%.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 83,93%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior. (quadro nº 25)

Quadro nº 25 – Execução da Despesa 2011

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2011				Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	11.864.667,00	11.238.107,31	10.656.969,55	10.286.081,11	89,82%	86,70%	94,72%
Pessoal	5.048.100,00	4.712.412,68	4.712.412,68	4.712.412,68	93,35%	93,35%	93,35%
Aquisição de Bens e Serviços	5.508.487,00	5.167.442,45	4.604.883,72	4.324.224,95	83,60%	78,50%	93,81%
Juros e Outros Encargos Financeiros	299.000,00	270.312,34	267.917,26	185.715,46	89,60%	62,11%	90,41%
Transferências Correntes	811.800,00	891.900,48	876.104,88	869.592,88	107,92%	107,12%	109,87%
Outras Despesas Correntes	197.280,00	196.039,36	195.651,01	194.135,14	99,17%	98,41%	99,37%
Despesas de Capital	14.665.833,00	11.028.606,25	9.339.691,82	7.101.205,46	63,68%	48,42%	75,20%
Investimentos	11.553.306,00	8.092.412,89	6.929.165,19	4.755.463,49	59,98%	41,16%	70,04%
Transferências de Capital	1.303.000,00	1.456.158,16	930.491,43	865.706,77	71,41%	66,44%	111,75%
Activos Financeiros	316.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.480.035,20	1.480.035,20	1.480.035,20	99,33%	99,33%	99,33%
Outras Despesas de Capital	3.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	26.530.500,00	22.266.713,56	19.996.661,37	17.387.286,57	75,37%	65,54%	83,93%

2.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

➤ Estrutura da Despesa Global

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesa correntes e de capital e a sua variação nos anos 2008, 2009, 2010, 2011 representada nos gráficos seguintes:

Gráfico nº27 - Repartição das Despesas 2011

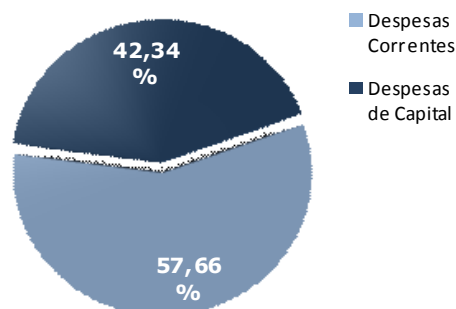
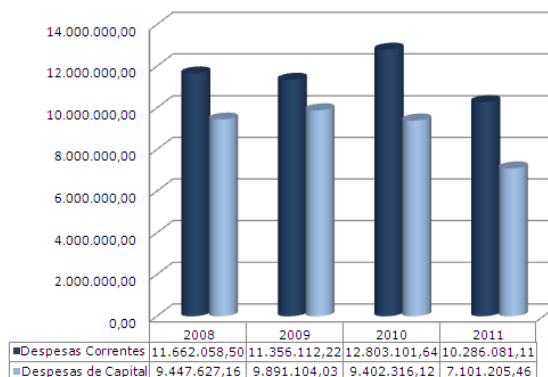


Gráfico nº28

Varição da Despesa Paga



No âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2011.

Quadro nº 26 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

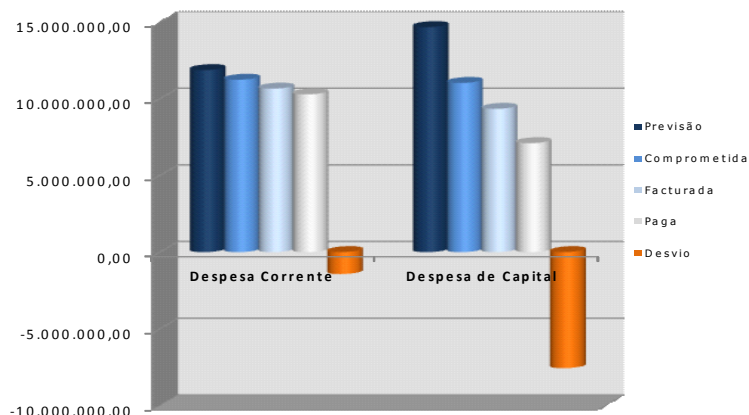
DESPESAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Faturada 3	Despesa Paga 4	Desvio do previsto 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	5.048.100,00	4.712.412,68	4.712.412,68	4.712.412,68	-335.687,32	93,35%	0,00	0,00
02 Aquisição Bens e Serviços C	5.508.487,00	5.167.442,45	4.604.883,72	4.324.224,95	-1.184.262,05	78,50%	280.658,77	843.217,50
03 Encargos Correntes de Dívid	299.000,00	270.312,34	267.917,26	185.715,46	-113.284,54	62,11%	82.201,80	84.596,88
04 Transferências Correntes	811.800,00	891.900,48	876.104,88	869.592,88	57.792,88	107,12%	6.512,00	22.307,60
06 Outras Despesas Correntes	197.280,00	196.039,36	195.651,01	194.135,14	-3.144,86	98,41%	1.515,87	1.904,22
Despesas Correntes	11.864.667,00	11.238.107,31	10.656.969,55	10.286.081,11	-1.578.585,89	86,70%	370.888,44	952.026,20
07 Aquisição de Bens de Capita	11.553.306,00	8.092.412,89	6.929.165,19	4.755.463,49	-6.797.842,51	41,16%	2.173.701,70	3.336.949,40
08 Transferências de Capital	1.303.000,00	1.456.158,16	930.491,43	865.706,77	-437.293,23	66,44%	64.784,66	590.451,39
09 Activos Financeiros	316.024,00	0,00	0,00	0,00	-316.024,00	0,00%	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.480.035,20	1.480.035,20	1.480.035,20	-9.964,80	99,33%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	3.503,00	0,00	0,00	0,00	-3.503,00	0,00%	0,00	0,00
Despesas de Capital	14.665.833,00	11.028.606,25	9.339.691,82	7.101.205,46	-7.564.627,54	48,42%	2.238.486,36	3.927.400,79
TOTAL GERAL	26.530.500,00	22.266.713,56	19.996.661,37	17.387.286,57	-9.143.213,43	65,54%	2.609.374,80	4.879.426,99

O Orçamento de 2011 inferior ao do ano anterior em 3,840 milhões de euros, teve compromissos que representaram 83,93% do orçamento e uma realização (despesa faturada) de 75,37%.

No ano 2011, a despesa global comprometida, situou-se nos €22.266.713,56, a despesa faturada em €19.996.661,37 e a despesa paga em €17.387.286,57, transitado para o ano seguinte uma dívida de €2.609.374,80 e compromissos por pagar no valor de €4.879.426,99 (irão onerar o orçamento do ano 2012).

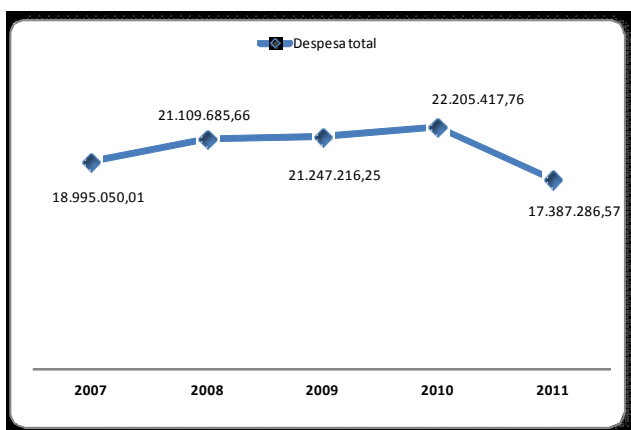
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº29 – Estrutura Geral da Despesa



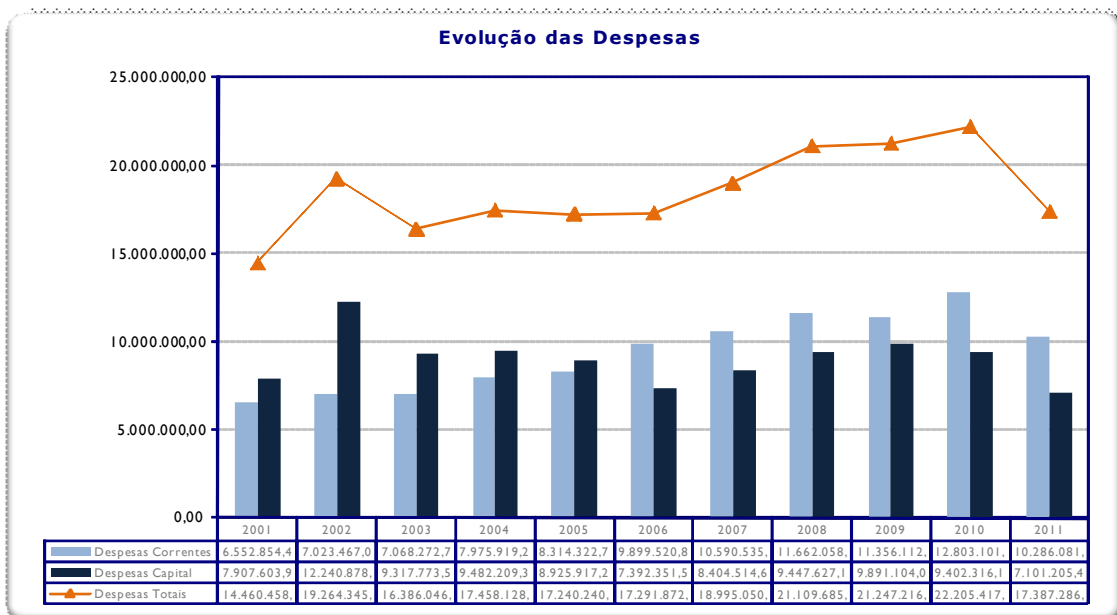
➤ **Evolução da Despesa Global**

Gráfico nº 30- Evolução da Despesa Paga



A Despesa Total decresceu 21,70% face a 2010, influenciado pela diminuição da despesa corrente em 19,66% e pela despesa de capital em 24,47%. Esta grande diminuição deve-se essencialmente, à redução das Aquisições de Bens e Serviços, 32,52%, à diminuição da aquisição de Bens de Investimento de 30,52%.

Gráfico nº 31- Evolução da Despesa Corrente/Despesa de Capital (2001-2011)



O montante pago em 2011 (€17.387.286,57) foi inferior ao de 2010 (€22.205.417,76), constatando-se, em 2010, uma diminuição da despesa paga no valor de €4.818.131,19 (-21,70 pp) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 65,54%, inferior em 9,33 p.p..

Do ponto de vista financeiro, constata-se que, em 2011, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 59,16% do total da despesa paga

Análise meramente caixa _ **Despesa Paga**

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2011 e 2010:

Quadro nº 27 – Execução da Despesa Paga 2011 vs 2010 (unidade monetária : €uros)

Capítulos	2010				2011				Variação 2010/2011	Tx de Crescimento
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
Despesas Correntes	14.939.441,88	12.803.101,64	-2.136.340,24	85,70%	11.864.667,00	10.286.081,11	-1.578.585,89	86,70%	-2.517.020,53	-19,66%
Despesas com Pessoal	5.170.380,73	4.964.162,89	-206.217,84	96,01%	5.048.100,00	4.712.412,68	-335.687,32	93,35%	-251.750,21	-5,07%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	7.971.495,94	6.424.193,04	-1.547.302,90	80,59%	5.508.487,00	4.324.224,95	-1.184.262,05	78,50%	-2.099.968,09	-32,69%
Encargos correntes da dívida	384.700,00	224.492,74	-160.207,26	58,36%	299.000,00	185.715,46	-113.284,54	62,11%	-38.777,28	-12,27%
Transferências Correntes	1.169.530,52	1.008.311,31	-161.219,21	86,22%	811.800,00	869.592,88	57.792,88	107,12%	-138.718,43	-13,76%
Outras Despesas Correntes	243.334,69	181.941,66	-61.393,03	74,77%	197.280,00	194.135,14	-3.144,86	98,41%	12.193,48	6,70%
Despesas de Capital	14.720.558,12	9.402.316,12	-5.318.242,00	63,87%	14.665.833,00	7.101.205,46	-7.564.627,54	48,42%	-2.301.110,66	-24,47%
Aquisição de Bens de Investimento	11.238.077,62	6.843.978,26	-4.394.099,36	60,90%	11.553.306,00	4.755.463,49	-6.797.842,51	41,16%	-2.088.514,77	-30,52%
Transferências de Capital	1.833.980,50	915.624,29	-918.356,21	49,93%	1.303.000,00	865.706,77	-437.293,23	66,44%	-49.917,52	-5,45%
Activos Financeiros	155.000,00	154.472,50	-527,50	99,66%	316.024,00	0,00	-316.024,00	0,00%	-154.472,50	-100,00%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.488.241,07	-1.758,93	99,88%	1.490.000,00	1.480.035,20	-9.964,80	99,33%	-8.205,87	-0,55%
Outras Despesas de Capital	3.500,00	0,00	-3.500,00	0,00%	3.503,00	0,00	-3.503,00	0,00%	0,00	n.a.
Total da Despesa	29.660.000,00	22.205.417,76	-7.454.582,24	74,87%	26.530.500,00	17.387.286,57	-9.143.213,43	65,54%	-4.818.131,19	-21,70%

Constata-se que as **despesas correntes** diminuíram 19,66% (em termos absolutos €2.517.020,53) e as **despesas de capital** decreceram 24,47% (em termos absolutos €2.301.110,66), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real _ **Despesa Comprometida e Faturada**

DESPESA COMPROMETIDA

Quadro nº 28 – Execução da Despesa Comprometida 2011 vs 2010

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2010/2011	Tx de Crescimento
	2011	2010		
01 Despesa com Pessoal	4.712.412,68	5.013.544,87	-301.132,19	-6,01%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5.167.442,45	7.447.430,73	-2.279.988,28	-30,61%
03 Encargos Correntes de Dívida	270.312,34	306.386,66	-36.074,32	-11,77%
04 Transferências Correntes	891.900,48	1.022.069,38	-130.168,90	-12,74%
06 Outras Despesas Correntes	196.039,36	182.186,14	13.853,22	7,60%
Despesas Correntes	11.238.107,31	13.971.617,78	-2.733.510,47	-19,56%
07 Aquisição de Bens de Capital	8.092.412,89	9.068.728,75	-976.315,86	-10,77%
08 Transferências de Capital	1.456.158,16	1.370.571,31	85.586,85	6,24%
09 Activos Financeiros	0,00	154.472,50	-154.472,50	-100,00%
10 Passivos Financeiros	1.480.035,20	1.488.241,07	-8.205,87	-0,55%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Despesas de Capital	11.028.606,25	12.082.013,63	-1.053.407,38	-8,72%
TOTAL GERAL	22.266.713,56	26.053.631,41	-3.786.917,85	-14,54%

O volume de compromissos assumidos em 2011, representou uma quebra de 14,54% relativamente ao registado no ano anterior, tendo contribuído para essa redução praticamente todas as rubricas económicas, reflexo do período de austeridade que se vive atualmente.



DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

No ano 2011, a despesa global faturada situou-se em €19.996.661,37, sendo de mencionar que €2.081.943,40 respeitam a despesa faturada transitada do exercício anterior, sendo que a despesa faturada relativo ao próprio exercício 2011 cifrou-se em €17.914.717,97, menos €2.122.752,20 que o volume faturado em 2010.

Em 2011 a despesa faturada diminuiu €4.290.699,79 e a despesa paga diminuiu em €4.290.699,79 os pagamentos realizados no ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (faturada) e a despesa paga em 2011 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2012 de €2.609.374,80 (quadro nº 28).

Em termos da faturação no próprio ano (expurgada da faturação não paga em anos anteriores e transitada para exercício seguinte) registou-se um decréscimo de despesa corrente faturada em 2011 na ordem dos €2.258.056,82 enquanto a despesa de capital sofreu um acréscimo de €135.304,76.

A taxa de execução, em termos de despesa faturada, atingiu os 75,37%, sendo mais evidente no caso concreto das despesas correntes ao atingir 89,82%.

Quadro nº 29 – Evolução da Despesa Paga e Faturada

(unidade monetária : Euros)

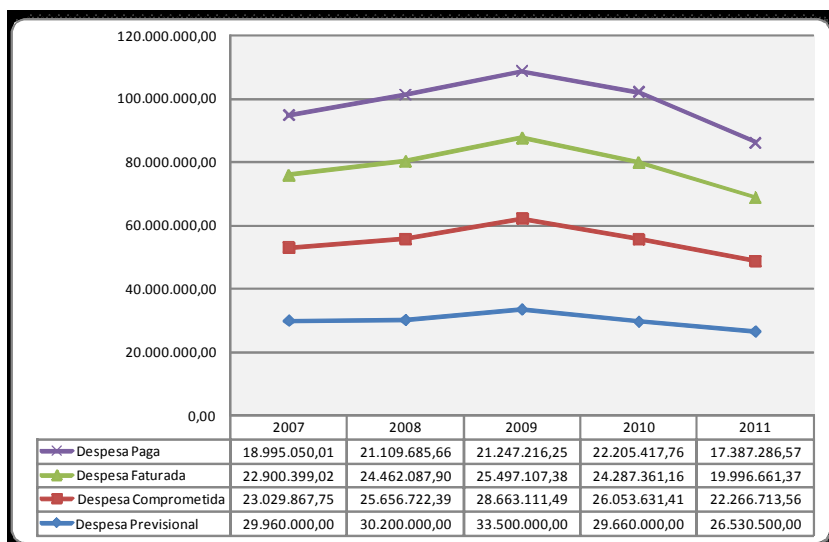
Capítulos	2010			2011					Variação 2011Vs 2010				
	Facturada (a)	Paga (b)	Não Paga (a)-(b)	Previsão (d)	Facturada (e)		Paga (f)		Facturada € (g)=(e)-(a)	Tx Cresc [(g)/(b)]	Desvio / Não Pago (f)-(e)	Taxa de Execução	
					%	%	Desp Fact	Desp Paga					
Despesas Correntes	13.346.793,35	12.803.101,64	543.691,71	11.864.667,00	10.656.969,55	53,29%	10.286.081,11	59,16%	-2.689.823,80	-20,15%	370.888,44	89,82%	86,70%
Pessoal	5.004.183,58	4.964.162,89	40.020,69	5.048.100,00	4.712.412,68	23,57%	4.712.412,68	27,10%	-291.770,90	-5,83%	0,00	93,35%	93,35%
Aquisição de Bens e Serviço	6.832.212,07	6.424.193,04	408.019,03	5.508.487,00	4.604.883,72	23,03%	4.324.224,95	24,87%	-2.227.328,35	-32,60%	280.658,77	83,60%	78,50%
Juros e Outros Encargos Fin	306.386,66	224.492,74	81.893,92	299.000,00	267.917,26	1,34%	185.715,46	1,07%	-38.469,40	-12,56%	82.201,80	89,60%	62,11%
Transferências Correntes	1.022.069,38	1.008.311,31	13.758,07	811.800,00	876.104,88	4,38%	869.592,88	5,00%	-145.964,50	-14,28%	6.512,00	107,92%	107,12%
Outras Despesas Correntes	181.941,66	181.941,66	0,00	197.280,00	195.651,01	0,98%	194.135,14	1,12%	13.709,35	7,54%	1.515,87	99,17%	98,41%
Despesas de Capital	10.940.567,81	9.402.316,12	1.538.251,69	14.665.833,00	9.339.691,82	46,71%	7.101.205,46	40,84%	-1.600.875,99	-14,63%	2.238.486,36	63,68%	48,42%
Investimentos	7.934.282,93	6.843.978,26	1.090.304,67	11.553.306,00	6.929.165,19	34,65%	4.755.463,49	27,35%	-1.005.117,74	-12,67%	2.173.701,70	59,98%	41,16%
Transferências de Capital	1.363.571,31	915.624,29	447.947,02	1.303.000,00	930.491,43	4,65%	865.706,77	4,98%	-433.079,88	-31,76%	64.784,66	71,41%	66,44%
Activos Financeiros	154.472,50	154.472,50	0,00	316.024,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-154.472,50	-100,00%	0,00		
Passivos Financeiros	1.488.241,07	1.488.241,07	0,00	1.490.000,00	1.480.035,20	7,40%	1.480.035,20	8,51%	-8.205,87	-0,55%	0,00	99,33%	99,33%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	3.503,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	24.287.361,16	22.205.417,76	2.081.943,40	26.530.500,00	19.996.661,37	100,00%	17.387.286,57	100,00%	-4.290.699,79	-17,67%	2.609.374,80	75,37%	65,54%

Pela análise do quadro acima, apura-se que a faturação das despesas de capital apresenta, em 2011, um peso inferior ao das despesas correntes, representando 46,71% do cômputo geral das despesas faturadas/realizadas.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 59,16% do total da despesa paga

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº 32 – Evolução da Despesas nas suas diferentes fases



Quadro nº 30 – Evolução da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008	2009	2010	2011
Despesa Prevista (a)	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00
Compromissos do Exercício (b)	25.656.722,39	28.663.111,49	26.053.631,41	22.266.713,56
Despesa Paga do Exercício (c)	17.204.336,65	17.894.814,01	17.955.526,63	15.305.343,17
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	3.905.349,01	3.352.402,24	4.249.891,13	2.081.943,40
Compromissos a pagar em exercícios futuros (e=f-(c+d) - (Dívida))	4.547.036,73	7.415.895,24	3.848.213,65	4.879.426,99
Faturado no ano (f)	18.995.050,01	22.144.705,14	20.037.470,03	17.914.717,97
Total faturado no ano (h)	24.462.087,90	25.497.107,38	24.287.361,16	19.996.661,37
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) -%	84,96%	85,56%	87,84%	83,93%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h -%	86,30%	83,33%	91,43%	86,95%

➤ **Desagregação da Despesa Global**

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

Quadro nº 31 – Execução da Despesa por rubricas económicas

(unidade monetária : Euros)

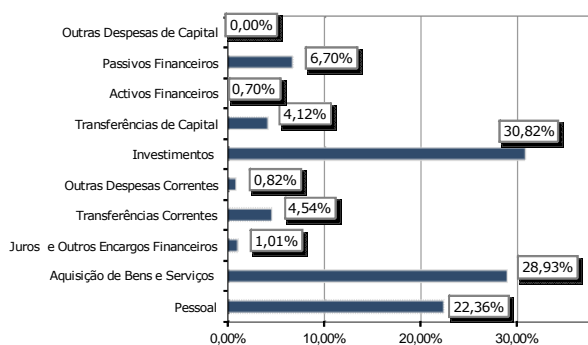
Despesas Correntes				Despesas de Capital			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4.712.412,68	45,81%	27,10%	Investimentos	4.755.463,49	66,97%	27,35%
Aquisição de Bens e Serviços	4.324.224,95	42,04%	24,87%	Terrenos	489.377,74	6,89%	2,81%
Aquisição de Bens	452.072,21	4,39%	2,60%	Habitações	33.960,57	0,48%	0,20%
Aquisição de Serviços	3.872.152,74	37,64%	22,27%	Edifícios	2.020.511,01	28,45%	11,62%
Juros e Outros Encargos	185.715,46	1,81%	1,07%	Construções Diversas	580.863,45	8,18%	3,34%
Juros da Dívida Pública	166.148,54	1,62%	0,96%	Equipamento de Transporte	3.657,20	0,05%	0,02%
Juros de Locação Financeira	3.466,76	0,03%	0,02%	Equipamento Informático	97.193,29	1,37%	0,56%
Juros Tributários	0,00	0,00%	0,00%	Software Informático	2.688,00	0,04%	0,02%
Outros juros	16.100,16	0,16%	0,09%	Equipamento Administrativo	70.782,38	1,00%	0,41%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Básico	125.097,23	1,76%	0,72%
Transferências Correntes	869.592,88	8,45%	5,00%	Ferramentas e Utensílios	1.413,31	0,03%	0,01%
Administrações públicas	356.925,25	3,47%	2,05%	Artigos e Objectos de Valor	4.859,90	0,07%	0,03%
Segurança Social	0,00	0,00%	0,00%	Outros Investimentos	173.456,98	2,91%	1,00%
Administrações privadas	427.011,18	4,15%	2,46%	Locação Financeira - Mat.Transp	46.485,66	0,65%	0,27%
Famílias	85.656,45	0,83%	0,49%	Bens de Domínio Público	1.105.116,77	15,56%	6,36%
Outras Despesas Correntes	194.135,14	1,89%	1,12%	Transferências de Capital	865.706,77	12,19%	4,98%
				Administrações públicas	687.439,54	9,68%	3,95%
				Administrações privadas	140.689,26	1,98%	0,81%
				Famílias	37.577,97	0,53%	0,22%
				Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
				Passivos Financeiros	1.480.035,20	20,84%	8,51%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Pr	1.480.035,20	20,84%	8,51%
				Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%
Totais de Despesas Correntes	10.286.081,11	100,00%	59,16%	Totais de Despesas de Capital	7.101.205,46	100,00%	40,84%
Totais de Despesas				Totais de Despesas			17.387.286,57

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital (27,35%), seguindo-se as Despesas com Pessoal (27,10%) e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (24,87%).

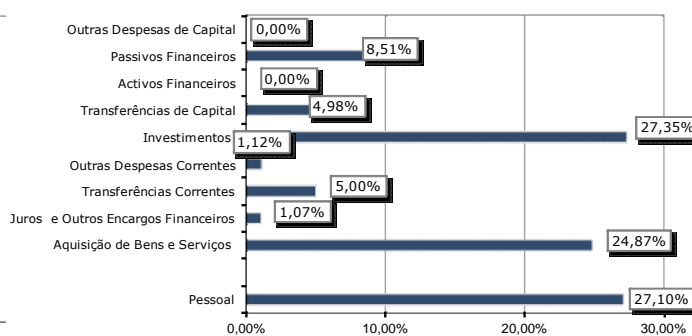
As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas colectividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2011, 9,98% das Despesas Totais.



Gráfico nº 32 e 33 – Desagregação das Despesas
Ano 2010



Ano 2011



Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 20,84% das Despesas de Capital e 8,51 % das Despesas Totais.

2.3.3. Análise da Despesas Correntes

A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

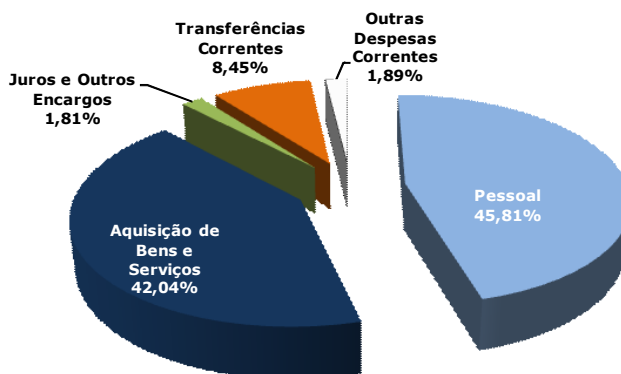
Quadro nº 32 – Evolução das Despesas Correntes

Componente	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	4.537.767,59	4.620.913,25	4.866.191,75	5.060.660,45	4.964.162,89	4.712.412,68
Aquisição de Bens e Serviços	4.085.726,61	4.467.404,14	4.975.840,34	4.571.599,32	6.424.193,04	4.324.224,95
Juros e Outros Encargos	385.849,04	580.443,80	720.283,72	408.172,55	224.492,74	185.715,46
Transferências Correntes	827.247,53	904.918,94	1.068.072,99	1.077.100,67	1.008.311,31	869.592,88
Outras Despesas Correntes	62.930,12	16.855,23	31.669,70	238.579,23	181.941,66	194.135,14
TOTAL	9.899.520,89	10.590.535,36	11.662.058,50	11.356.112,22	12.803.101,64	10.286.081,11

Quadro nº 33 – Peso de cada um das rubricas no total das Despesas Correntes

Componente	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	45,84%	43,63%	41,73%	44,56%	38,77%	45,81%
Aquisição de Bens e Serviços	41,27%	42,18%	42,67%	40,26%	50,18%	42,04%
Juros e Outros Encargos	3,90%	5,48%	6,18%	3,59%	1,75%	1,81%
Transferências Correntes	8,36%	8,54%	9,16%	9,48%	7,88%	8,45%
Outras Despesas Correntes	0,64%	0,16%	0,27%	2,10%	1,42%	1,89%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Gráfico nº 34 – Peso de cada uma das rubricas no Total da Despesa Corrente (%) em 2011



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objecto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, no 2011 os encargos com pessoal assumem o grupo de despesas com maior expressão obtendo um peso de 45,81% seguido de imediato pela Aquisição de Bens e Serviços coma expressão de 42,04%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2011 atingido os €10.656.969,55, sendo em termos de nova facturação registado um valor de €10.113.277,84.

Quadro nº 34- Faturação de Despesas Correntes – 2010/2011

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2010 Despesa Facturada			%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	2011 Despesa Facturada			%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)				Transitada (d)	Nova e	Total (d)+e			
Pessoal	40.020,69	4.964.162,89	5.004.183,58	42,90%	38,77%	22,36%	40.020,69	4.672.391,99	4.712.412,68	51,54%	46,20%	26,87%
Aquisição de Bens e Serviços	408.019,03	6.424.193,04	6.832.212,07	55,52%	50,18%	28,93%	408.019,03	4.196.864,69	4.604.883,72	46,30%	41,50%	24,14%
Juros e Outros Encargos Financeiros	81.893,92	224.492,74	306.386,66		1,75%	1,01%	81.893,92	186.023,34	267.917,26		1,84%	1,07%
Transferências Correntes	13.758,07	1.008.311,31	1.022.069,38		7,88%	4,54%	13.758,07	862.346,81	876.104,88		8,53%	4,96%
Outras Despesas Correntes	0,00	181.941,66	181.941,66	1,57%	1,42%	0,82%	0,00	195.651,01	195.651,01	2,16%	1,93%	1,13%
Despesas de Funcionamento	448.039,72	11.570.297,59	12.018.337,31	100,00%	90,37%	52,11%	448.039,72	9.064.907,69	9.512.947,41	100,00%	89,63%	52,14%
Despesas Correntes	543.691,71	12.803.101,64	13.346.793,35	100,00%	57,66%		543.691,71	10.113.277,84	10.656.969,55	100,00%	58,16%	
Despesas Totais	2.081.943,40	22.205.417,76	24.287.361,16			100,00%	2.609.374,80	17.387.286,57	19.996.661,37			100,00%

Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, as despesas de funcionamento representam 89,63% da execução das despesas correntes.

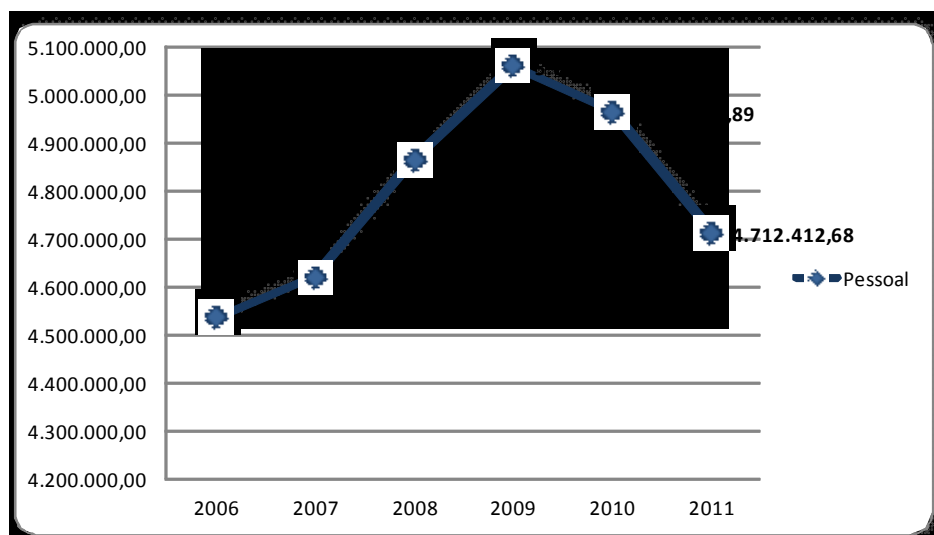
Da análise do quadro anterior afere-se que a rubrica as despesas com pessoal é a que tem o maior peso nas despesas de funcionamento no que respeita a nova faturação, ao assumir 51,54%, peso este superior ao apurado em 2010 (42,90%).

As Transferências Correntes, que acusam 8,53% do valor das despesas correntes pagas, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas colectividades do concelho.

➤ **Despesas com Pessoal**

Os encargos com o Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes do Município, correspondendo a 45,81% das Despesas Correntes e 27,10% das Despesas Totais.

Gráfico nº 35 – Evolução das despesas com Pessoal (2006-2011)



As despesas com pessoal apresentaram, em 2011, um valor de €4.712.412,68, apresentando um decréscimo na ordem dos 5,07%, correspondendo a uma redução, em termos absolutos, de €251.750,21. Para este decréscimo contribuiu as reduções remuneratórias impostas pelo art.º. 19º do Orçamento de Estado 2011, que totalizaram cerca de €72.470,00, conjugado com a diminuição do valor pago em horário extraordinário que sofreu um decréscimo de €54.071,07, acrescido com redução dos valores pagos em contratos a termo e com pessoal em qualquer outra situação (estágios profissionais).

Gráfico nº 36- Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes



O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município num total de €3.832.009,99. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou €803.123,79. O remanescente, no valor de €77.278,79, reflete o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 81,32% das Despesas com Pessoal, evidenciando um decréscimo relativamente ao ano 2010 de 3,39% (€134.626,03), justificado fundamentalmente pela diminuição de rubrica de Pessoal em qualquer outras situação e pessoal a contrato a termo.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 1,64% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2010, um decréscimo de 44,63% (€62.296,74), que se deveu fundamentalmente á diminuição registada no pagamento de horas extra e de outros suplementos e prémios.

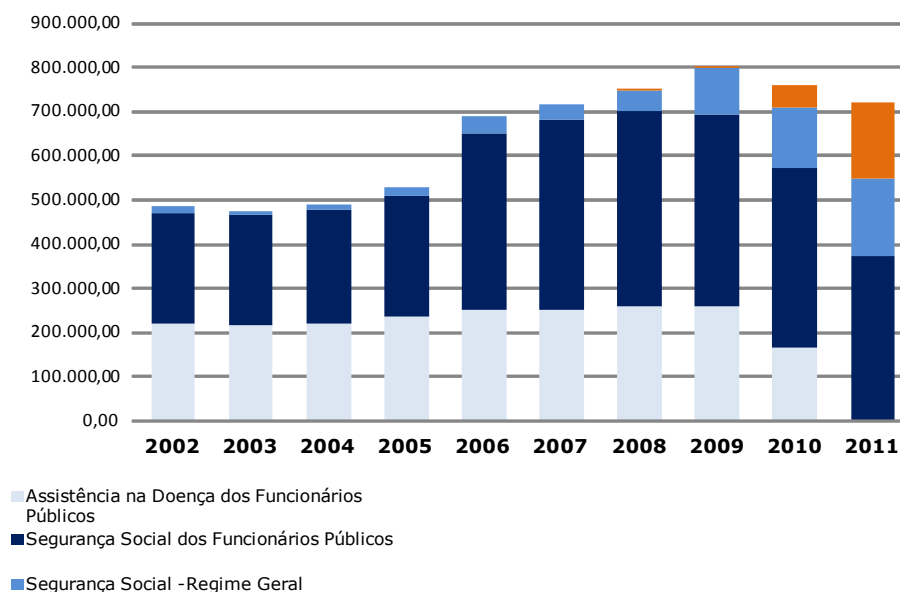
A *Segurança Social*, absorve 17,04% registando em relação ao exercício de 2010, um decréscimo de 6,39%, correspondendo em termos absolutos uma redução de 54.827,44.

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº 35
Contribuições para a Segurança Social

Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social -Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46

Gráfico nº 37



O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo:

Despesas efectuadas com o pessoal do quadro	≤	60 % das Receitas correntes do ano económico anterior
&		
Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro	≤	25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:

Quadro nº 36

Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redacção			
	Valor	% de utilização	% do limite legal
Pessoal do quadro			
Receitas correntes	11.455.286,88 €		
60% da Rec Corrente	6.873.172,13 €		
Despesas com	2.420.099,91 €	21,13%	35,21%
Pessoal Fora do Quadro			
Receitas correntes	11.455.286,88 €		
(25%x60%) 15% da	1.718.293,03 €		
Despesas com	473.943,53 €	6,90%	27,58%

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 35,21% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 27,58% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro. Em termos do primeiro limite legal o valor de 2011 foi inferior ao do ano 2010. Nesse ano encontravam-se utilizados 39,52% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 36,87% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços.

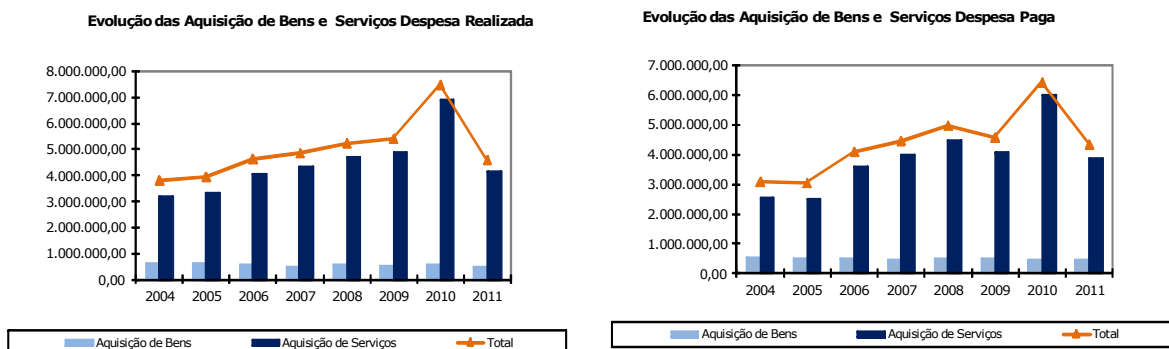
Os valores dispendidos ao longo do ano 2011 com a aquisição de bens e serviços totalizaram o montante de €4.324.224,65, dos quais €3.872.152,44 respeitam a aquisição de serviços e €452.072,21 a aquisição de bens.

No que respeita à aquisição de bens e serviços, a taxa de execução da despesa realizada atingiu os 78,50% e a taxa de execução da despesa paga cifrou-se em 83,60%, observável no mapa de controlo orçamental da despesa.

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2004 se tem registado um crescimento anual, no entanto no ano 2011 regista-se uma inversão dessa tendência tanto em termos de despesa paga como realizada (faturada).

Gráfico nº 38



No ano 2011 registou-se um decréscimo de 38,53% na despesa realizada, anulando o crescimento registado no ano 2010, muito por força da redução verificada na aquisição de serviços que se cifrou em 39,98%, tendo a aquisição de bens registado um decréscimo de 28,35%.

Adicionalmente, no apuramento da despesa paga registou-se uma redução de 32,69%, resultado do decréscimo de 35,28% verificado na aquisição de serviços.



O próximo quadro é elucidativo destas observações.

Quadro nº 37 – Evolução da despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

EVOLUÇÃO DA DESPESA - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS											
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	Tx Cresc. 2009/2010	Peso	2011	Desvio 2010/2011	Tx Cresc. 2010/2011	Peso
Despesa Realizada (Facturada)											
Aquisição de Bens	574.785,99	514.602,96	571.631,41	545.397,53	605.336,75	10,99%	8,08%	471.635,89	-133.700,86	-28,35%	10,24%
Aquisição de Serviços	4.064.212,37	4.336.177,04	4.678.378,50	4.865.666,74	6.885.996,48	41,52%	91,92%	4.133.247,83	-2.752.748,65	-39,98%	89,76%
Total.....	4.638.998,36	4.850.780,00	5.250.009,91	5.411.064,27	7.491.333,23	38,44%	100,00%	4.604.883,72	-2.886.449,51	-38,53%	100,00%
Despesas Paga											
Aquisição de Bens	503.039,18	464.523,70	509.309,93	484.653,22	441.012,53	-9,00%	6,86%	452.072,21	11.059,68	2,51%	10,45%
Aquisição de Serviços	3.582.687,37	4.002.880,44	4.466.530,41	4.086.946,10	5.983.180,51	46,40%	93,14%	3.872.152,44	-2.111.028,07	-35,28%	89,55%
Total.....	4.085.726,61	4.467.404,14	4.975.840,34	4.571.599,32	6.424.193,04	40,52%	100,00%	4.324.224,65	-2.099.968,39	-32,69%	100,00%

Para concluir a abordagem global das despesas pagas neste agrupamento, podemos observar que a aquisição de serviços prepondera fortemente face à aquisição de bens, representando 89,76% no caso da despesa realizada, e 89,55% no caso da despesa paga, ambas relativamente ao total de aquisições de bens e serviços.

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2010, a aquisição de bens totalizou € 605.336,25 no que respeita à despesa realizada e cifrou-se em €441.012,53 no que respeita a despesa paga no ano.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes reforçou a liderança na hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 38,75% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a matérias primas e subsidiárias que também reduziu a sua ponderação e absorveu 12,64% do mesmo universo.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

Quadro nº 38 - Aquisição de Bens Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2011		2010		Δ 2010/2011		2011		2010		Δ 2010/2011	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Matérias primas e subsidiárias	57.134,76	12,64%	62.757,50	14,98%	-5.622,74	-8,96%	57.217,05	12,13%	114.356,93	15,62%	-57.139,88	-49,97%
Combustíveis e Lubrificantes	175.177,07	38,75%	160.465,41	33,68%	14.711,66	9,17%	181.601,77	38,50%	209.995,50	30,16%	-28.393,73	-13,52%
Gasolina	6.218,22	1,38%	7.362,13	1,87%	-1.143,91	-15,54%	6.531,31	1,38%	10.935,14	1,66%	-4.403,83	-40,27%
Gasóleo	82.053,29	18,15%	94.635,05	18,25%	-12.581,76	-13,30%	88.068,10	18,67%	109.155,22	16,22%	-21.087,12	-19,32%
Outros	86.905,56	19,22%	58.468,23	13,56%	28.437,33	48,64%	87.002,36	18,45%	89.905,14	12,28%	-2.902,78	-3,23%
Limpeza e Higiene	13.395,78	2,96%	14.214,62	3,33%	-818,84	-5,76%	13.536,00	2,87%	18.822,25	3,13%	-5.286,25	-28,09%
Vestuário e Artigos Pessoais	20.335,39	4,50%	10.769,41	1,53%	9.565,98	88,83%	20.779,51	4,41%	15.473,59	2,05%	5.305,92	34,29%
Material de Escritório	40.105,96	8,87%	52.616,16	10,59%	-12.510,20	-23,78%	42.779,21	9,07%	73.903,79	11,98%	-31.124,58	-42,11%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	10.658,85	2,36%	8.941,81	2,79%	1.717,04	19,20%	13.628,59	2,89%	14.131,35	2,72%	-502,76	-3,56%
Material de Transporte - Peças	11.473,67	2,54%	10.253,49	3,70%	1.220,18	11,90%	11.664,50	2,47%	12.526,96	3,61%	-862,46	-6,88%
Outro material - Peças	10.041,50	2,22%	4.871,45	2,01%	5.170,05	106,13%	10.453,43	2,22%	5.149,01	2,24%	5.304,42	103,02%
Prémios, Condecorações e Ofertas	40.118,41	8,87%	24.501,61	7,41%	15.616,80	63,74%	42.351,85	8,98%	30.834,42	6,73%	11.517,43	37,35%
Mercadorias para venda	1.235,74	0,27%	7.215,31	0,00%	-5.979,57	-82,87%	1.235,74	0,26%	7.215,31	0,00%	-5.979,57	-82,87%
Ferramentas e Utensílios	3.457,25	0,76%	3.549,89	0,99%	-92,64	-2,61%	3.588,86	0,76%	5.375,57	0,98%	-1.786,71	-33,24%
Livros e Documentação Técnica	625,31	0,14%	445,46	0,20%	179,85	40,37%	642,61	0,14%	808,51	0,17%	-165,90	-20,52%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	21.448,39	4,74%	22.753,76	6,71%	-1.305,37	-5,74%	21.448,39	4,55%	25.378,57	7,85%	-3.930,18	-15,49%
Outros Bens	46.864,13	10,37%	57.656,65	12,08%	-10.792,52	-18,72%	50.708,38	10,75%	71.364,99	12,75%	-20.656,61	-28,95%
Total	452.072,21	100,00%	441.012,53	100,00%	11.059,68	2,51%	471.635,89	100,00%	605.336,75	100,00%	-133.700,86	-22,09%

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços promovida pelo Município de Estarreja representou uma despesa faturada no montante de € 4.133.247,83 e uma despesa paga que totalizou € 3.872.152,44. Em termos nominais, no que respeita a despesa paga, verifica-se uma redução de €2.111.028,07 em relação ao registado no ano anterior, tendo a despesa realizada diminuído € 2.752.748,65.



Quadro nº 39 - Aquisição de Serviços Correntes

Designação	DESPESA PAGA				Δ 2010/2011		DESPESA REALIZADA (facturada)				Δ 2010/2011	
	2011		2010		Nominal	%	2011		2010		Nominal	%
	Valor	%	Valor	%			Valor	%	Valor	%		
Encargos de Instalações	289.741,11	7,48%	280.702,06	4,69%	9.039,05	3,22%	301.486,26	7,29%	280.702,06	4,08%	20.784,20	7,40%
Limpeza e Higiene	51.644,37	1,33%	33.905,99	0,57%	17.738,38	52,32%	51.644,37	1,25%	95.586,46	1,39%	-43.942,09	-45,97%
Conservação de Bens	77.502,64	2,00%	111.945,10	1,87%	-34.442,46	-30,77%	89.183,94	2,16%	146.275,86	2,12%	-57.091,92	-39,03%
Locação de Edifícios	1.862,69	0,05%	5.756,80	0,10%	-3.894,11	-67,64%	1.862,69	0,05%	5.756,80	0,08%	-3.894,11	-67,64%
Locação de Material de Informática	11.660,11	0,30%	0,00	0,00%	11.660,11	n.a	11.660,11	0,28%	0,00	0,00%	11.660,11	#DIV/0!
Locação de Outros Bens	53.936,58	1,39%	64.768,35	1,08%	-10.831,77	-16,72%	56.717,36	1,37%	71.712,20	1,04%	-14.994,84	-20,91%
Comunicações	73.219,04	1,89%	120.198,81	2,01%	-46.979,77	-39,09%	73.306,64	1,77%	124.951,24	1,81%	-51.644,60	-41,33%
Transportes	241.004,79	6,22%	279.095,79	4,66%	-38.091,00	-13,65%	241.133,51	5,83%	284.025,04	4,12%	-42.891,53	-15,10%
Representação dos Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Seguros	63.119,24	1,63%	69.635,17	1,16%	-6.515,93	-9,36%	63.178,60	1,53%	74.884,52	1,09%	-11.705,92	-15,63%
Deslocações e Estadas	12.199,63	0,32%	15.696,45	0,26%	-3.496,82	-22,28%	13.644,63	0,33%	18.936,50	0,28%	-5.291,87	-27,95%
Estudos, projectos, pareceres e consu	204.584,98	5,28%	103.821,58	1,74%	100.763,40	97,05%	241.023,73	5,83%	243.396,79	3,53%	-2.373,06	-0,97%
Formação	6.573,40	0,17%	17.452,72	0,29%	-10.879,32	-62,34%	6.573,40	0,16%	18.360,22	0,27%	-11.786,82	-64,20%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Publicidade	66.098,41	1,71%	77.877,01	1,30%	-11.778,60	-15,12%	66.544,58	1,61%	95.722,02	1,39%	-29.177,44	-30,48%
Vigilância e Segurança	24.326,61	0,63%	29.519,70	0,49%	-5.193,09	-17,59%	24.326,61	0,59%	31.019,70	0,45%	-6.693,09	-21,58%
Assistência Técnica	79.235,80	2,05%	98.723,13	1,65%	-19.487,33	-19,74%	84.396,63	2,04%	126.438,78	1,84%	-42.042,15	-33,25%
Outros Trabalhos Especializados	1.874.746,22	48,42%	4.162.966,72	69,58%	-2.288.220,50	-54,97%	1.944.112,90	47,04%	4.597.782,10	66,77%	-2.653.669,20	-57,72%
Serviços Recolha / Tratamento de R	741.916,50	19,16%	676.686,06	11,31%	65.230,44	9,64%	794.363,09	19,22%	803.948,82	11,68%	-9.585,73	-1,19%
Serviços de Alimentação	273.325,08	7,06%	53.188,45	0,89%	220.136,63	413,88%	276.430,83	6,69%	207.229,37	3,01%	69.201,46	33,39%
Serviços de Limpeza Urbana	20.188,27	0,52%	18.826,62	0,31%	1.361,65	7,23%	20.188,27	0,49%	32.886,81	0,48%	-12.698,54	-38,61%
Serviços de Tratamento de Saneam	263.434,37	6,80%	2.402.565,33	40,16%	-2.139.130,96	-89,04%	263.434,37	6,37%	2.402.565,33	34,89%	-2.139.130,96	-89,04%
Diversos	575.882,00	14,87%	1.011.700,26	16,91%	-435.818,26	-43,08%	589.696,34	14,27%	1.151.151,77	16,72%	-561.455,43	-48,77%
Encargos de Cobrança de Receitas	70.259,27	1,81%	112.539,67	1,88%	-42.280,40	-37,57%	70.259,57	1,70%	112.539,67	1,63%	-42.280,10	-37,57%
Outros Serviços	670.437,55	17,31%	398.575,46	6,66%	271.862,09	68,21%	792.192,30	19,17%	557.906,52	8,10%	234.285,78	41,99%
Emolumentos	30.617,26	0,79%	32.247,73	0,54%	-1.630,47	-5,06%	31.387,26	0,76%	33.226,18	0,48%	-1.848,92	-5,56%
Publicações	7.710,69	0,20%	22.330,19	0,37%	-14.619,50	-65,47%	7.799,25	0,19%	23.539,09	0,34%	-15.739,84	-66,87%
Electricidade -Iluminação Pública	580.729,67	15,00%	295.965,90	4,95%	284.763,77	96,22%	699.797,66	16,93%	442.333,67	6,42%	257.463,99	58,21%
Diversos Serviços	51.379,93	1,33%	48.031,64	0,80%	3.348,29	6,97%	53.208,13	1,29%	58.797,58	0,85%	-5.589,45	-9,51%
Total	3.872.152,44	100,00%	5.983.180,51	100,00%	-2.111.028,07	-35,28%	4.133.247,83	100,00%	6.885.996,48	100,00%	-2.752.748,65	-39,98%

No que respeita à despesa realizada, as rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços ao longo do ano 2010 foram:

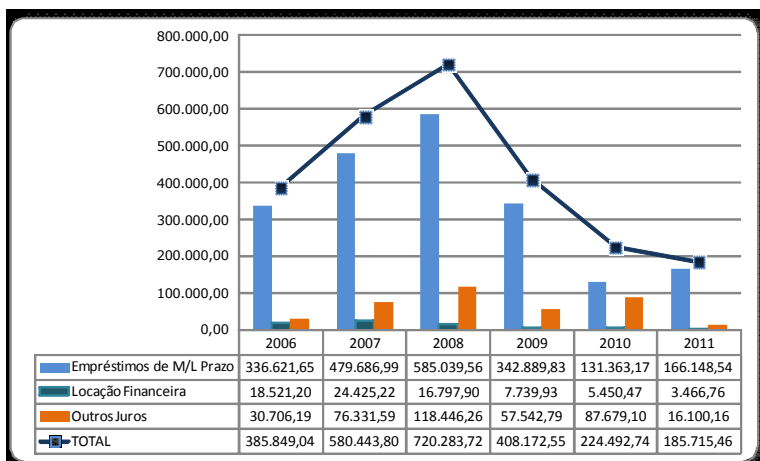
- ☐ Outros trabalhos especializados, que totalizaram em 2011 o montante de € 1.944.112,90 em resultado de ter sido a rubrica que mais decresceu em termos nominais face ao ano anterior ao reduzir € 2.653.669,70, correspondente a um decréscimo de 57,72%, no entanto mantendo a liderança na hierarquia das rubricas com maior despesa dentro das aquisições de serviços. Analisando com maior detalhe esta rubrica, poderemos observar:
 - Os serviços de recolha e tratamento de saneamento, com um decréscimo de 89,09%, totalizaram € 263.464,37, apenas referentes a pagamentos de acordos de pagamentos firmados com a SIMRIA para pagamentos de faturas vencidas. De resto, com a cedência da exploração e gestão dos serviços de água e saneamento o Município deixou de ter encargos associados ao tratamento de águas residuais.
 - Os outros trabalhos especializados – diversos, com um peso relativo de 14,27% dos serviços adquiridos, totalizaram € 589.696,34, significando uma redução de 48,77% (€ 561.455,43), sendo que o Município deixou de ter encargos com aquisição e tratamento de água para consumo humano. Os serviços incluídos nesta rubrica dizem respeito essencialmente a aquisição de serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos (incluindo a programação do Cine Teatro).
 - Os serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos com € 794.363,09, representativo de 19,22% da aquisição de serviços;
 - Os serviços de alimentação cuja despesa cresceu 33,39%, cifrou-se em 2011 no montante de € 276.430,83.
- ☐ A rubrica de outros serviços registou um crescimento de 41,99%, tendo absorvido 19,17% do total da despesa realizada com aquisição de serviços, importando relevar:
 - O forte crescimento de € 257.463,99, correspondente a 58,21%, verificado na electricidade destinada à iluminação pública que resultou numa despesa anual de € 699.797,66;
 - A despesa com emolumentos, que, contudo, mantém uma preponderância reduzida no conjunto das aquisições de serviços, representando 0,76% e cifrando-se em € 31.387,26;
- ☐ Transportes que incluem as despesas com os transportes escolares;

- ☐ Encargos com as Instalações: €280.702,06 relativo a consumo de eletricidade e água das diversas instalações municipais, tendo apresentado um crescimento de 7,40%;
- ☐ Despesa relativa a estudos, projectos, pareceres e consultadoria, manteve valor semelhante ao ano anterior, cifrando-se em €213.023,73;
- ☐ Despesa com conservação de bens que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município, tendo no presente registado uma diminuição de 39,03% (€57.091,92), cifrando-se nos €89.183,94.
- ☐ Os dispêndios com as comunicações, onde se incluem as despesas com a expedição de correspondência, utilização de telefones e telemóveis, bem como de serviços de acesso à internet: € 73.306,64 que apresentam uma redução de 41,33% face ao ano anterior, fruto da desmaterialização de processos, remessa de documentos via eletrónica e fim da cobrança de água eliminando custos com expedição.

➤ Encargos Correntes da Dívida

Entre 2008 e 2011 a despesa com juros e outros encargos diminuiu significativamente, derivada da descida acentuada da taxas de juro e a amortização de parte significativa de empréstimos de médio e longo prazo obtidos.

Gráfico nº 39 – Juros e Outros Encargos



Os juros suportados correspondem 1,81% das Despesas Correntes e 1,07% das Despesas Totais.

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

➤ Transferências Correntes

Ao abrigo das competências do Município, que se reportam a vários domínios que vão desde a Educação, Ação Social, aos Tempos Livres e Desporto, Património, Cultura e Ciência, este atribuiu, ao longo do ano 2011, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes e consequentemente com o objetivo de propiciar condições de incrementos aos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2011 por 5% do total do global da despesa paga e 8,45% da despesa corrente paga.

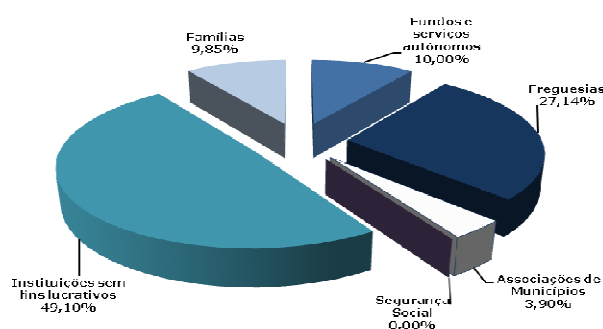
Seguidamente insere-se um quadro e um gráfico ilustrativo da distribuição e evolução das transferências correntes atribuídas:

Quadro nº 40 – Transferências Correntes (Despesa)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Administração Central	86.980,50	140.461,74	110.331,15	122.516,27	110.103,04	132.118,47
Administração Local	269.944,75	263.846,51	280.674,28	272.053,50	249.218,05	216.140,08
Freguesias	236.036,75	232.751,31	252.200,28	246.775,97	214.213,95	191.000,00
Associações de Municípios	33.908,00	31.095,20	28.474,00	25.277,53	35.004,10	25.140,08
Segurança Social	0,00	0,00	777,27	5.536,21	1.992,43	3.537,63
Instituições sem fins lucrativos	427.011,18	523.924,80	653.519,69	619.611,68	518.544,88	426.939,82
Famílias	85.656,45	80.078,26	31.798,28	48.355,33	25.060,54	48.511,53
TOTAL	869.592,88	1.008.311,31	1.077.100,67	1.068.072,99	904.918,94	827.247,53
Varição - valor	-138.718,43	-68.789,36	9.027,68	163.154,05	77.671,41	
Varição - %	-13,76%	-6,39%	0,85%	18,03%	9,39%	

Gráfico nº 40



As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €869.592,88, apresentando um decréscimo de €1.378.718,43 (13,76%), em relação ao verificado no ano anterior.

Na rubrica de Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio do funcionamento das suas atividades, sejam as que se destinam à concretização de ações correspondentes à execução de protocolos no âmbito da delegações de competências.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €427.011,18.

As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, representam 21,79% e enquadram-se fundamentalmente na delegação de competências transferidas para as freguesias no âmbito de limpeza de fossas, manutenção de espaços ajardinados e apoios financeiros para a realização de eventos culturais.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a actividades didácticas por estes promovidos e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

➤ **Outras Despesas Correntes**

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2011 aos €194.135,614. No ano económico de 2010, denota-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 6,70%, correspondendo a um aumento de €12.193,48.

Quadro nº 41 – Outras Despesas Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2011		2010		Tx Cresc %	2009	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%
Diversas	22.673,73	11,68%	5.664,48	3,11%	300,28%	3.920,81	1,64%
Impostos e Taxas	22.673,73	11,68%	5.664,48	3,11%	300,28%	3.920,81	1,64%
Outras	171.461,41	88,32%	176.277,18	96,89%	-2,73%	234.658,42	98,36%
Restituições	100.604,87	51,82%	92.711,65	50,96%	8,51%	34.002,44	14,25%
IVA Pago	68.076,12	35,07%	72.624,44	39,92%	-6,26%	188.937,46	79,19%
Serviços Bancários	1.303,97	0,67%	2.287,27	1,26%	-42,99%	1.145,52	0,48%
Diversas	1.476,45	0,76%	8.653,82	4,76%	-82,94%	10.573,00	4,43%
TOTAL.....	194.135,14	100,00%	181.941,66	100,00%	6,70%	238.579,23	100,00%

2.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam €7.101.205,46, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de €2.301.110,66 em relação ao ano anterior, traduzindo uma redução de 24,47%.

A repartição das despesas de capital efectuada pelo município, no ano 2011, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução

Quadro nº 42 - Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : Euros)

Componente	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Aquisição de Bens de Capital	6.251.643,84	7.039.980,27	7.707.927,63	7.329.723,33	6.843.978,26	4.755.463,49
Transferências de Capital	483.723,28	691.013,66	1.008.545,65	674.558,81	915.624,29	865.706,77
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	772.362,50	154.472,50	0,00
Passivos Financeiros	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.114.459,39	1.488.241,07	1.480.035,20
Outras Despesas de Capital	124,33	727,46	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.392.351,55	8.404.514,65	9.447.627,16	9.891.104,03	9.402.316,12	7.101.205,46

➤ Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto), Activos Financeiros e Passivos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 43 - Evolução Investimento Global- Pago (unidade monetária : Euros)

Componente	2008	%Desp Total	2009	%Desp Total	Tx Cresc	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	7.707.927,63	36,51%	7.329.723,33	34,50%	4,91%	6.843.978,26	30,82%	-6,63%	4.755.463,49	27,35%	-30,52%
Transferências de Capital	1.008.545,65	4,78%	674.558,81	3,17%	33,12%	915.624,29	4,12%	35,74%	865.706,77	4,98%	-5,45%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	772.362,50	3,64%	n.a.	154.472,50	0,70%	-80,00%	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL	8.716.473,28	41,29%	8.776.644,64	41,31%	-0,69%	7.914.075,05	35,64%	-9,83%	5.621.170,26	32,33%	-28,97%

Quadro nº 44 - Evolução Investimento Global- Realizado/Faturado (unidade monetária : Euros)

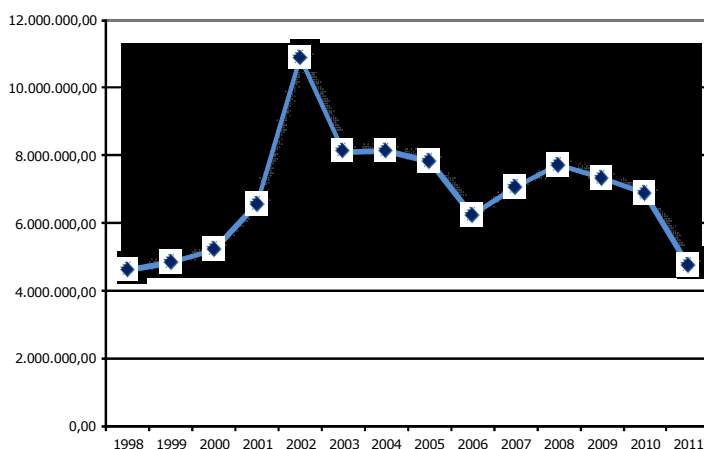
Componente	2008	%Desp Total	2009	%Desp Total	Tx Cresc	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	10.747.565,51	43,94%	7.329.723,33	28,75%	31,80%	7.934.282,93	32,67%	8,25%	6.929.165,19	34,65%	-12,67%
Transferências de Capital	1.008.545,65	4,12%	674.558,81	2,65%	33,12%	1.363.571,31	5,61%	102,14%	930.491,43	4,65%	-31,76%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	772.362,50	3,03%	n.a.	154.472,50	0,64%	-80,00%	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL	11.756.111,16	48,06%	8.776.644,64	34,42%	25,34%	9.452.326,74	38,92%	7,70%	7.859.656,62	39,30%	-16,85%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2011, um valor de €5.621.170,26, apresentando uma variação de -28,97% (- €2.292.904,79), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 32,33%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2011, €7.859.656,62, transitando para o ano 2012, o valor de faturação, deste tipo de despesas, de €2.238.486,36. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se a uma diminuição de 16,85% nas despesas de investimento faturadas. De referir que do ano 2010, transitaram faturas de despesas de investimento no valor de €1.538.251,69.

INVESTIMENTO DIRETO

Gráfico nº 42 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Este tipo de investimento totalizou, em 2011, valores em termos de pagamento de €4.755.463,49, traduzindo-se num decréscimo de 30,52% e apresentando uma taxa de execução de 60,90%.

No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 66,97% das Despesas de Capital e 27,35% das Despesas Totais.

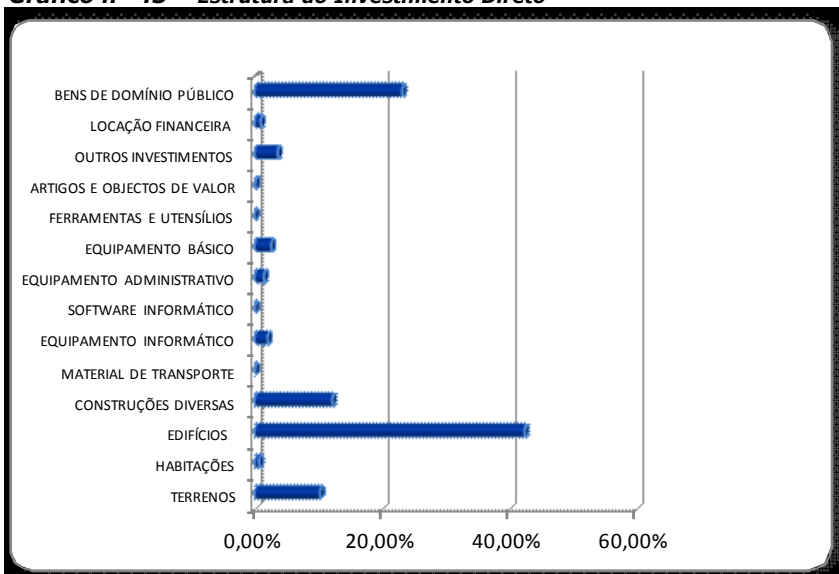


Quanto à taxa de realização de pagamentos nas rubricas de investimento directo, a mesma evidencia um esforço de pagamento ao absorver no ano 2011, uma percentagem de 68,63% do total faturado na autarquia.

Quadro nº 45 – Estrutura do Investimento Directo

Designação	2010		2011				Taxa de Execução			Taxa de	Taxa de
	Despesa Realizada	Pago	Dotações Finais	Fact transitada	Facturação Nova	Pago	$[(d)+(e)]/.(c)$	$(f)/[(d)+(e)]$	$(f)/.(c)$	Variação Pago	Variação Faturado
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)					
TERRENOS	1.013.254,03	1.013.254,03	977.882,30	0,00	514.289,34	489.377,74	52,59%	95,16%	50,04%	-51,70%	-49,24%
HABITAÇÕES	6.910,80	2.208,00	105.646,40	4.702,80	30.167,97	33.960,57	33,01%	97,39%	32,15%	1438,07%	404,58%
EDIFÍCIOS	1.384.362,69	1.059.859,07	4.173.390,00	324.503,62	2.896.085,50	2.020.511,01	77,17%	62,74%	48,41%	90,64%	132,64%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	3.221.024,63	2.706.159,93	1.062.208,60	514.864,70	93.296,80	580.863,45	57,25%	95,51%	54,68%	-78,54%	-81,12%
MATERIAL DE TRANSPORTE	57.520,40	57.520,40	35.000,00	0,00	3.657,20	3.657,20	10,45%	100,00%	10,45%	-93,64%	-93,64%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	65.023,64	55.685,40	242.555,00	9.338,24	104.039,50	97.193,29	46,74%	85,73%	40,07%	74,54%	74,36%
SOFTWARE INFORMÁTICO	12.914,09	12.914,09	78.000,00	0,00	5.979,25	2.688,00	7,67%	44,96%	3,45%	-79,19%	-53,70%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	51.100,70	44.386,65	118.129,01	6.714,05	64.068,33	70.782,38	59,92%	100,00%	59,92%	59,47%	38,52%
EQUIPAMENTO BÁSICO	241.596,14	205.735,48	366.715,70	35.860,66	179.796,41	125.097,23	58,81%	58,01%	34,11%	-39,20%	-10,74%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.098,63	1.098,63	6.000,00	0,00	2.028,31	1.413,31	33,81%	69,68%	23,56%	28,64%	84,62%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	21.230,00	0,00	4.859,90	4.859,90		100,00%			
OUTROS INVESTIMENTOS	139.892,13	131.361,45	417.731,00	8.530,68	166.815,54	173.456,98	41,98%	98,92%	41,52%	32,05%	25,34%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	117.979,64	117.979,64	55.650,00	0,00	46.485,66	46.485,66	83,53%	100,00%	83,53%	-60,60%	-60,60%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.621.605,41	1.455.937,50	3.923.852,00	165.667,91	1.747.412,82	1.105.116,77	48,76%	57,77%	28,16%	-24,10%	17,97%
TOTAL.....	7.934.282,93	6.864.100,27	11.583.990,01	1.070.182,66	5.858.982,53	4.755.463,49	59,82%	68,63%	41,05%	-30,72%	-12,67%

Gráfico nº 43 – Estrutura do Investimento Direto



No gráfico reproduzido observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é dos edifícios, onde incluem as escolas.

➤ **Transferências de Capital**

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou €865.706,77, traduzindo um decréscimo de cerca 5,45% (€49.917,52), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 46 – Transferências de Capital (Despesa)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2011	2010	2009	2008	%	2007	%	2006	%
	Valor	Valor	Valor	Valor		Valor		Valor	
Administrações públicas	687.439,54	630.962,70	390.526,81	786.617,75	113,84%	391.262,07	56,62%	111.461,28	16,13%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	9.079,86	1,31%	0,00	0,00%
Administração autárquica	687.439,54	630.962,70	390.526,81	786.617,75	78,00%	382.182,21	55,31%	111.461,28	23,04%
Administrações privadas	178.267,23	284.661,59	284.032,00	221.927,90	22,00%	299.751,59	43,38%	372.262,00	76,96%
Instituições particulares	140.689,26	222.095,15	200.000,00	165.742,90	16,43%	238.586,89	34,53%	312.492,92	64,60%
Famílias	37.577,97	62.566,44	84.032,00	56.185,00	5,57%	61.164,70	8,85%	59.769,08	12,36%
TOTAL.....	865.706,77	915.624,29	674.558,81	1.008.545,65	100,00%	691.013,66	100,00%	483.723,28	100,00%



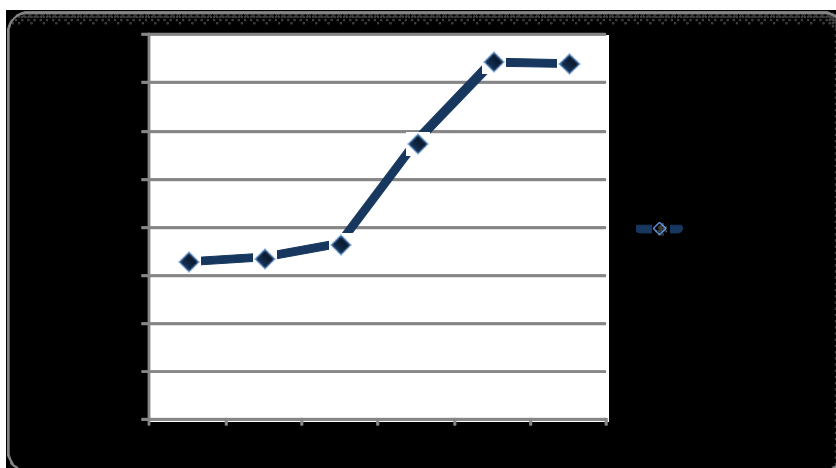
O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em *Freguesias* cujas transferências ascenderam a €371.415,54, e Associações de Municípios que ascendeu a €316.024,85 relativo a participação no projeto POLIS Litoral, S.A.

Na sub-rubrica "Famílias", registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objectivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

➤ Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2011, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €1.480.035,20.

Gráfico nº 44 – Evolução dos Passivos Financeiros (2006-2011)



Estas despesas têm aumentado ao longo dos anos em virtude do se ter esgotado o prazo de carência de alguns empréstimos, iniciando-se a amortização dos mesmos.

2.3.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2011, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2011, é de 42,33%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2011 uma execução de 79,27%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2010, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros nº 47 e 48.

Quadro nº 47 – Execução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

GOP 2011

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	FUNÇÕES GERAIS	1.385.574,01	4.289.615,00	5.675.189,01	1.562.479,56	695.136,11	2.257.615,67	50,17%	39,78%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	1.294.934,01	3.982.985,00	5.277.919,01	1.536.952,65	632.717,05	2.169.669,70	48,86%	41,11%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.294.934,01	3.982.985,00	5.277.919,01	1.536.952,65	632.717,05	2.169.669,70	48,86%	41,11%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	90.640,00	306.630,00	397.270,00	25.526,91	62.419,06	87.945,97	68,86%	22,14%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	90.640,00	306.630,00	397.270,00	25.526,91	62.419,06	87.945,97	68,86%	22,14%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	10.267.244,05	27.779.856,00	38.047.100,05	10.220.372,89	6.096.573,71	16.316.946,60	59,38%	42,89%
2.1.0	Educação	3.131.390,00	9.770.000,00	12.901.390,00	1.417.276,96	1.845.187,12	3.262.464,08	58,93%	25,29%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.359.180,00	7.436.000,00	9.795.180,00	1.417.276,96	1.239.224,72	2.656.501,68	52,53%	27,12%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	159.899,00	171.900,00	331.799,00	0,00	130.979,13	130.979,13	81,91%	39,48%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	159.899,00	171.900,00	331.799,00	0,00	130.979,13	130.979,13	81,91%	39,48%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	4.561.286,75	13.978.306,00	18.539.592,75	4.389.205,25	2.686.160,34	7.075.365,59	58,89%	38,16%
2.4.1.	HABITAÇÃO	135.772,39	4.662.500,00	4.798.272,39	650.047,24	53.845,06	703.892,30	39,66%	14,67%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.759.678,28	2.567.206,00	4.326.884,28	1.475.552,23	627.441,23	2.102.993,46	35,66%	48,60%
2.4.3.	SANEAMENTO	711.928,60	655.500,00	1.367.428,60	1.001.601,61	584.186,83	1.585.788,44	82,06%	115,97%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	950,00	0,00	950,00	71.597,57	714,45	72.312,02	75,21%	7611,79%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	905.225,70	3.291.850,00	4.197.075,70	399.608,90	775.904,73	1.175.513,63	85,71%	28,01%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	1.047.731,78	2.801.250,00	3.848.981,78	790.797,70	644.068,04	1.434.865,74	61,47%	37,28%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.414.668,30	3.859.650,00	6.274.318,30	4.413.890,68	1.434.247,12	5.848.137,80	59,40%	93,21%
2.5.1.	CULTURA	1.326.632,40	2.037.650,00	3.364.282,40	521.615,87	932.303,79	1.453.919,66	70,28%	43,22%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	1.088.035,90	1.822.000,00	2.910.035,90	3.892.274,81	501.943,33	4.394.218,14	46,13%	151,00%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.559.200,30	23.327.250,00	28.886.450,30	6.152.431,67	2.070.202,52	8.222.634,19	37,24%	28,47%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.391,00	64.500,00	68.891,00	0,00	1.328,40	1.328,40	30,25%	1,93%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	4.391,00	64.500,00	68.891,00	0,00	1.328,40	1.328,40	30,25%	1,93%
3.2.0	Indústria e Energia	3.163.875,00	7.507.000,00	10.670.875,00	3.124.353,34	1.345.913,86	4.470.267,20	42,54%	41,89%
3.2.1.	INDUSTRIA	3.116.875,00	7.357.000,00	10.473.875,00	2.076.379,12	1.336.109,64	3.412.488,76	42,87%	32,58%
3.2.2.	ENERGIA	47.000,00	150.000,00	197.000,00	1.047.974,22	9.804,22	1.057.778,44	20,86%	536,94%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.370.934,30	15.625.750,00	17.996.684,30	2.995.368,33	722.960,26	3.718.328,59	30,49%	20,66%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.370.934,30	15.625.750,00	17.996.684,30	2.995.368,33	722.960,26	3.718.328,59	30,49%	20,66%
3.4.0	Comércio e Turismo	20.000,00	130.000,00	150.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	21,81%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	20.000,00	130.000,00	150.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	21,81%
TOTAL		17.212.018,36	55.396.721,00	72.608.739,36	17.935.284,12	8.861.912,34	26.797.196,46	51,49%	36,91%

Quadro nº 48 – Execução do PPI

(unidade monetária : Euros)

PPI 2011

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	FUNÇÕES GERAIS	746.934,01	2.127.235,00	2.874.169,01	1.562.479,56	237.929,50	1.800.409,06	31,85%	62,64%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	732.834,01	2.102.235,00	2.835.069,01	1.536.952,65	233.508,12	1.770.460,77	31,86%	62,45%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	732.834,01	2.102.235,00	2.835.069,01	1.536.952,65	233.508,12	1.770.460,77	31,86%	62,45%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	14.100,00	25.000,00	39.100,00	25.526,91	4.421,38	29.948,29	31,36%	76,59%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	14.100,00	25.000,00	39.100,00	25.526,91	4.421,38	29.948,29	31,36%	76,59%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.820.106,69	20.094.800,00	26.914.906,69	10.220.372,89	3.282.582,68	13.502.955,57	48,13%	50,17%
2.1.0	Educação	2.088.060,00	6.394.500,00	8.482.560,00	1.417.276,96	1.014.918,56	2.432.195,52	48,61%	28,67%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.088.060,00	6.394.500,00	8.482.560,00	1.417.276,96	1.014.918,56	2.432.195,52	48,61%	28,67%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	3.080.986,69	10.666.300,00	13.747.286,69	4.389.205,25	1.441.435,41	5.830.640,66	46,78%	42,41%
2.4.1.	HABITAÇÃO	135.772,39	4.662.500,00	4.798.272,39	650.047,24	53.845,06	703.892,30	39,66%	14,67%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.595.356,00	2.394.500,00	3.989.856,00	1.475.552,23	541.299,69	2.016.851,92	33,93%	50,55%
2.4.3.	SANEAMENTO	447.228,60	360.000,00	807.228,60	1.001.601,61	319.904,50	1.321.506,11	71,53%	163,71%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	500,00	0,00	500,00	71.597,57	488,62	72.086,19	97,72%	14417,24%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	69.815,70	1.076.500,00	1.146.315,70	399.608,90	30.402,61	430.011,51	43,55%	37,51%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	832.314,00	2.172.800,00	3.005.114,00	790.797,70	495.494,93	1.286.292,63	59,53%	42,80%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.651.060,00	3.034.000,00	4.685.060,00	4.413.890,68	826.228,71	5.240.119,39	50,04%	111,85%
2.5.1.	CULTURA	748.810,00	1.866.000,00	2.614.810,00	521.615,87	445.245,20	966.861,07	59,46%	36,98%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	902.250,00	1.168.000,00	2.070.250,00	3.892.274,81	380.983,51	4.273.258,32	42,23%	206,41%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.379.289,30	23.100.750,00	28.480.039,30	6.152.431,67	1.959.968,82	8.112.400,49	36,44%	28,48%
3.2.0	Indústria e Energia	2.988.355,00	7.345.000,00	10.333.355,00	3.124.353,34	1.237.008,56	4.361.361,90	41,39%	42,21%
3.2.1.	INDUSTRIA	2.948.355,00	7.195.000,00	10.143.355,00	2.076.379,12	1.228.444,64	3.304.823,76	41,67%	32,58%
3.2.2.	ENERGIA	40.000,00	150.000,00	190.000,00	1.047.974,22	8.563,92	1.056.538,14	21,41%	556,07%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.370.934,30	15.625.750,00	17.996.684,30	2.995.368,33	722.960,26	3.718.328,59	30,49%	20,66%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.370.934,30	15.625.750,00	17.996.684,30	2.995.368,33	722.960,26	3.718.328,59	30,49%	20,66%
3.4.0	Comércio e Turismo	20.000,00	130.000,00	150.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	21,81%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	20.000,00	130.000,00	150.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	21,81%
TOTAL		12.946.330,00	45.322.785,00	58.269.115,00	17.935.284,12	5.480.481,00	23.415.765,12	42,33%	40,19%



Quadro nº 49 – Execução do PAM

(unidade monetária : Euros)

PAM 2011									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	638.640,00	2.162.380,00	2.801.020,00	0,00	457.206,61	457.206,61	71,59%	16,32%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	562.100,00	1.880.750,00	2.442.850,00	0,00	399.208,93	399.208,93	71,02%	16,34%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	562.100,00	1.880.750,00	2.442.850,00	0,00	399.208,93	399.208,93	71,02%	16,34%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	76.540,00	281.630,00	358.170,00	0,00	57.997,68	57.997,68	75,77%	16,19%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	76.540,00	281.630,00	358.170,00	0,00	57.997,68	57.997,68	75,77%	16,19%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.447.137,36	7.685.056,00	11.132.193,36	0,00	2.813.991,03	2.813.991,03	81,63%	25,28%
2.1.0	Educação	1.043.330,00	3.375.500,00	4.418.830,00	0,00	830.268,56	830.268,56	79,58%	18,79%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	271.120,00	1.041.500,00	1.312.620,00	0,00	224.306,16	224.306,16	82,73%	17,09%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	772.210,00	2.334.000,00	3.106.210,00	0,00	605.962,40	605.962,40	78,47%	19,51%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	159.899,00	171.900,00	331.799,00	0,00	130.979,13	130.979,13	81,91%	39,48%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	159.899,00	171.900,00	331.799,00	0,00	130.979,13	130.979,13	81,91%	39,48%
2.4.0	Habitação e Serviços Colectivos	1.480.300,06	3.312.006,00	4.792.306,06	0,00	1.244.724,93	1.244.724,93	84,09%	25,97%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	164.322,28	172.706,00	337.028,28	0,00	86.141,54	86.141,54	52,42%	25,56%
2.4.3	SANEAMENTO	264.700,00	295.500,00	560.200,00	0,00	264.282,33	264.282,33	99,84%	47,18%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	450,00	0,00	450,00	0,00	225,83	225,83	50,18%	50,18%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	835.410,00	2.215.350,00	3.050.760,00	0,00	745.502,12	745.502,12	89,24%	24,44%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	215.417,78	628.450,00	843.867,78	0,00	148.573,11	148.573,11	68,97%	17,61%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	763.608,30	825.650,00	1.589.258,30	0,00	608.018,41	608.018,41	79,62%	38,26%
2.5.1	CULTURA	577.822,40	171.650,00	749.472,40	0,00	487.058,59	487.058,59	84,29%	64,99%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	185.785,90	654.000,00	839.785,90	0,00	120.959,82	120.959,82	65,11%	14,40%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	179.911,00	226.500,00	406.411,00	0,00	110.233,70	110.233,70	61,27%	27,12%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.391,00	64.500,00	68.891,00	0,00	1.328,40	1.328,40	30,25%	1,93%
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	4.391,00	64.500,00	68.891,00	0,00	1.328,40	1.328,40	30,25%	1,93%
3.2.0	Indústria e Energia	175.520,00	162.000,00	337.520,00	0,00	108.905,30	108.905,30	62,05%	32,27%
3.2.1	INDUSTRIA	168.520,00	162.000,00	330.520,00	0,00	107.665,00	107.665,00	63,89%	32,57%
3.2.2	ENERGIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	1.240,30	1.240,30	17,72%	17,72%
TOTAL		4.265.688,36	10.073.936,00	14.339.624,36	0,00	3.381.431,34	3.381.431,34	79,27%	23,58%

Quadro nº50 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2011		2010		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Grandes Opções do Plano					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	632.717,05	7,1%	862.477,50	6,4%	-26,6%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	62.419,06	0,7%	69.746,25	0,5%	-10,5%
EDUCAÇÃO	1.845.187,12	20,8%	1.619.252,60	12,1%	14,0%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
ACÇÃO SOCIAL	130.979,13	1,5%	151.882,25	1,1%	-13,8%
HABITAÇÃO	53.845,06	0,6%	76.222,04	0,6%	-29,4%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	627.441,23	7,1%	769.134,09	5,7%	-18,4%
SANEAMENTO	584.186,83	6,6%	3.231.618,25	24,1%	-81,9%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	714,45	0,0%	660.645,63	4,9%	-99,9%
RESÍDUOS SÓLIDOS	775.904,73	8,8%	777.645,55	5,8%	-0,2%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	644.068,04	7,3%	535.264,59	4,0%	20,3%
CULTURA	932.303,79	10,5%	732.893,28	5,5%	27,2%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	501.943,33	5,7%	1.878.429,58	14,0%	-73,3%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E F	1.328,40	0,0%	5.263,28	0,0%	-74,8%
INDUSTRIA	1.336.109,64	15,1%	688.569,99	5,1%	94,0%
ENERGIA	9.804,22	0,1%	55.007,42	0,4%	-82,2%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	722.960,26	8,2%	1.256.945,98	9,4%	-42,5%
MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,0%	28.096,00	0,2%	-100,0%
TOTAL	8.861.912,34	100,0%	13.399.094,28	100,0%	-33,9%



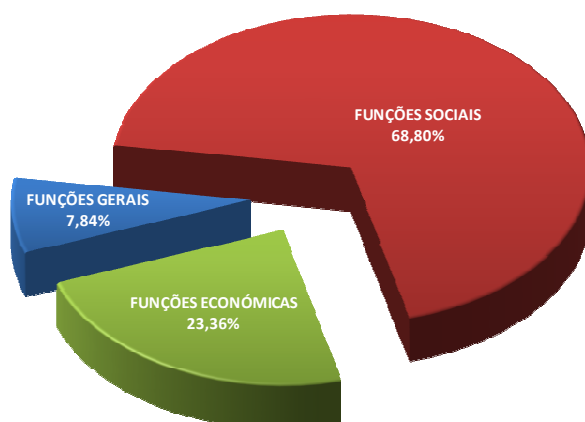
Quadro nº 51 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : Euros)

GOP 2011							
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	237.929,50	4,34%	457.206,61	13,52%	695.136,11	7,84%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	233.508,12	4,26%	399.208,93	11,81%	632.717,05	7,14%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	233.508,12	4,26%	399.208,93	11,81%	632.717,05	7,14%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	4.421,38	0,08%	57.997,68	1,72%	62.419,06	0,70%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	4.421,38	0,08%	57.997,68	1,72%	62.419,06	0,70%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.282.582,68	59,90%	2.813.991,03	83,22%	6.096.573,71	68,80%
2.1.0	Educação	1.014.918,56	18,52%	830.268,56	24,55%	1.845.187,12	20,82%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.014.918,56	18,52%	224.306,16	6,63%	1.239.224,72	13,98%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	605.962,40	17,92%	605.962,40	6,84%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	130.979,13	3,87%	130.979,13	1,48%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	130.979,13	3,87%	130.979,13	1,48%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	1.441.435,41	26,30%	1.244.724,93	36,81%	2.686.160,34	30,31%
2.4.1.	HABITAÇÃO	53.845,06	0,98%	0,00	0,00%	53.845,06	0,61%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	541.299,69	9,88%	86.141,54	2,55%	627.441,23	7,08%
2.4.3	SANEAMENTO	319.904,50	5,84%	264.282,33	7,82%	584.186,83	6,59%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	488,62	0,01%	225,83	0,01%	714,45	0,01%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	30.402,61	0,55%	745.502,12	22,05%	775.904,73	8,76%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	495.494,93	9,04%	148.573,11	4,39%	644.068,04	7,27%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	826.228,71	15,08%	608.018,41	17,98%	1.434.247,12	16,18%
2.5.1	CULTURA	445.245,20	8,12%	487.058,59	14,40%	932.303,79	10,52%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	380.983,51	6,95%	120.959,82	3,58%	501.943,33	5,66%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.959.968,82	35,76%	110.233,70	3,26%	2.070.202,52	23,36%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	1.328,40	0,04%	1.328,40	0,01%
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	1.328,40	0,04%	1.328,40	0,01%
3.2.0	Indústria e Energia	1.237.008,56	22,57%	108.905,30	3,22%	1.345.913,86	15,19%
3.2.1	INDUSTRIA	1.228.444,64	22,41%	107.665,00	3,18%	1.336.109,64	15,08%
3.2.2	ENERGIA	8.563,92	0,16%	1.240,30	0,04%	9.804,22	0,11%
3.3.0	Transportes e Comunicações	722.960,26	13,19%	0,00	0,00%	722.960,26	8,16%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	722.960,26	13,19%	0,00	0,00%	722.960,26	8,16%
3.4.0	Comércio e Turismo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL		5.480.481,00	100,00%	3.381.431,34	100,00%	8.861.912,34	100,00%



Gráfico n.º 45- GOP – Repartição por funções (%)



Dos programas que absorveram maiores recursos, aproveitamos para destacar:

• Educação	1.845.187,12 €
• Industria	1.336.109,64 €
• Cultura	932.303,79 €
• Resíduos Sólidos	775.904,73 €
• Transportes Rodoviários	722.960,26 €
• Proteção do Meio-Ambiente e Conservação da Natureza	644.068,04 €
• Administração Geral	632.717,05 €
• Ordenamento do Território	627.441,23 €
• Saneamento	584.186,83 €
• Desporto, Recreio e Lazer	501.943,33 €





Será ainda importante salientar os projetos (PPI e PAM) onde se verificou uma maior imputação das verbas despendidas pelo Município:

• Recolha, desinfeção e tratamento de R.S.U.	741.916,5 €
• Construção da Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja	562.764,68 €
• Aquisição de Terrenos para o Eco-Parque Empresarial de Estarreja	461.505,20 €
• Construção da Escola EBI com Jardim de Infância Padre Donaciano Abreu Freire	363.568,68 €
• Construção da Escola Básica Integrada de Pardilhó	321.464,10 €
• Subscrição de Capital – Polis da Ria	316.024,00 €
• Rede de Saneamento do Concelho	296.028,34 €
• Construção e Restauro da Casa da Cultura	268.769,62 €
• Ref Escolares - Aquisição de Serviços	263.434,37 €
• Construção do Centro Cívico de Veiros	250.543,82 €
• Aquisição de Serviços de Transporte de Alunos	233.755,7 €



3. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

3.1. ENQUADRAMENTO

De modo a atingir os objetivos comunitários contidos no pacto de estabilidade e crescimento, foi publicada a Lei n.º 2/2002 de 28 de Agosto, Lei da Estabilidade Orçamental. A aprovação por lei orgânica, deu-lhe carácter reforçado. Esta lei veio definir os princípios e os procedimentos específicos a que devem obedecer a aprovação e execução de todo o Sector Público Administrativo (SPA) em matéria de estabilidade orçamental.

Através dos artigos 3º e 4º da Lei orgânica, foram alteradas respetivamente a Lei das Finanças das Regiões autónomas e das autarquias locais no sentido de garantir a prevalência das disposições constantes da Lei da Estabilidade, designadamente dos princípios de estabilidade orçamental, solidariedade recíproca e da transparência orçamental.

Pelo princípio da solidariedade recíproca todos os subsectores do SPA, ficaram obrigados, através dos seus organismos, a contribuir proporcionalmente para a estabilidade orçamental, fixando esta lei limites específicos de endividamento das autarquias locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do SPA.

A política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, levou à adoção de políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de uma reformulação das regras de cálculo para a respetiva capacidade de endividamento que se encontram vertidas na atual Lei das Finanças Locais (LFL) – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, de forma a garantir a coordenação efetiva entre os objetivos de estabilidade orçamental definidos pelo Estado e as autarquias Locais, desde então anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respetivo limite de acréscimo de endividamento, tendo sido introduzido o critério de endividamento líquido (definido no SEC 95).

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da LFL o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de **endividamento líquido municipal** e o **limite geral de empréstimos dos municípios**. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de **endividamento líquido municipal** (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, encontra-se definido no artigo 37º da Lei das Finanças Locais - LFL (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo que este não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao **limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo**, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afetadas por calamidade pública; entre outros.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Num primeiro momento avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

3.1.1. Dívida Total

Resumidamente a estrutura de dívida municipal no ano de 2011 é a descrita no quadro apresentado de seguida:

Quadro nº 52– Dívida do Município 2009 vs 2010 vs 2011

(unidade monetária : Euros)

	31-Dez-2009	31-Dez-2010	Peso	31-Dez-2011	Peso
01-Jan-2010					
Dívida de Médio e Longo Prazo	15.737.358,27	14.141.001,14	75,84%	13.133.039,31	73,30%
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.077.909,61	11,14%	2.077.909,61	11,60%
Fonecedores de Imobilizado	288.300,13	180.366,22	0,97%	136.695,35	0,76%
Empréstimos de M/L Prazo	13.311.469,53	11.823.228,46	63,41%	10.858.937,50	60,61%
Outros Credores	59.679,00	59.496,85	0,32%	59.496,85	0,33%
Dívida de Curto Prazo	7.206.962,70	4.505.612,89	24,16%	4.784.288,56	26,70%
Fornecedores Conta Corrente	1.804.567,79	1.193.801,18	6,40%	656.496,35	3,66%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	858.154,74	417.693,79	2,24%	609.797,49	3,40%
Fornecedores de Imobilizado	3.275.984,95	1.062.442,71	5,70%	2.085.426,81	11,64%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	0,00	10.205,66	0,05%	61.553,33	0,34%
Estado e Outros Entes Públicos	131.823,45	119.602,49	0,64%	98.518,43	0,55%
Outros Credores	131.125,02	657.383,31	3,53%	254.058,40	1,42%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.005.306,75	1.044.483,75	5,60%	1.018.437,75	5,68%
TOTAL	22.944.320,97	18.646.614,03	100,00%	17.917.327,87	100,00%
Varição		-4.297.706,94		-729.286,16	
Tx Crescimento		-18,73%		-3,91%	

Em 31 de Dezembro de 2011 a dívida global do Município de Estarreja totaliza €17.917.327,87, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 73,30% e 26,70% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 3,91% em relação ao ano anterior, que se traduz em termos absolutos numa redução da dívida total de €729.286,16.

Para este decréscimo, contribuiu a significativa diminuição das dívidas de médio e longo prazo, no valor de €1.007.961,83 (Δ -7,13%), tendo, no entanto, registou-se uma acréscimo da dívida de curto prazo no valor de €278.675,67 (Δ -6,19%).

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 60,61% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 82,68% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2011, em "Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo" - €136.695,35 é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores Conta Corrente representando conheceu um importante abatimento, tendo os Fornecedores de Imobilizado conhecido um forte incremento no valor de €1.022.984,10 (Δ -96,29%).

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado de natureza de curto prazo (€2.085.426,81), representa 11,64% da dívida do município e corresponde a 43,59 % da dívida de curto prazo.

Quadro nº 53 – Evolução da dívida total (2006 e 2011)

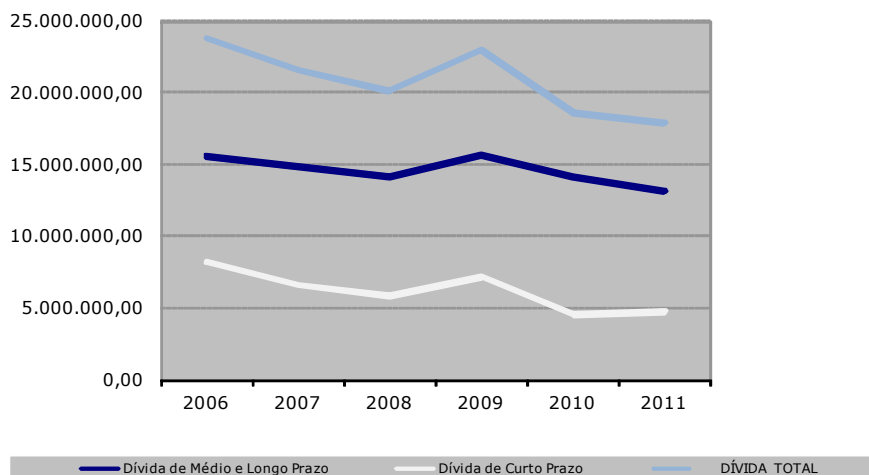
(unidade monetária : Euros)

Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida de Médio e Longo Prazo	15.564.756,67	14.909.856,58	14.211.517,51	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31
Dívida de Curto Prazo	8.232.344,43	6.607.533,65	5.898.264,26	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56
DÍVIDA TOTAL	23.797.101,10	21.517.390,23	20.109.781,77	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo	19,03%	-4,21%	-4,68%	10,74%	-10,14%	-7,13%
Curto Prazo	-4,90%	-19,74%	-10,73%	22,19%	-37,48%	6,19%
TOTAL	9,49%	-9,58%	-6,54%	14,10%	-18,73%	-3,91%

No período compreendido entre 2006 a 2011 o total da dívida diminuiu cerca de (-) €5.879.773,23, o que representa em termos relativos uma redução em termos relativos de 24,7%.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2006 a 2011, apresenta-se o seguinte gráfico.

Gráfico nº 40



3.1.2. Dívida de Médio e Longo Prazo

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto, no ano 2009 o Município de Estarreja recorreu a um financiamento bancário no valor €2.662.384,00, decorrente de candidatura de adesão apresentada ao **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**, no entanto no ano 2010 não se registou qualquer recurso a crédito bancário.

A referida linha de financiamento de médio e longos prazos a conceder ao Municípios destina-se ao pagamento das dívidas de curto prazo a fornecedores (dívida de carácter comercial e não financeira), e desenvolve-se nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de Fevereiro, especificamente (ver SECÇÃO V da RCM nº34/2008, 22/02):

O PREDE destinava-se a substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.

Esta linha de financiamento funciona nos mesmos termos do Programa Pagar a Tempo e Horas, alargando, todavia, os seus critérios de elegibilidade de forma a abranger um universo mais vasto de Regiões Autónomas e de Municípios.

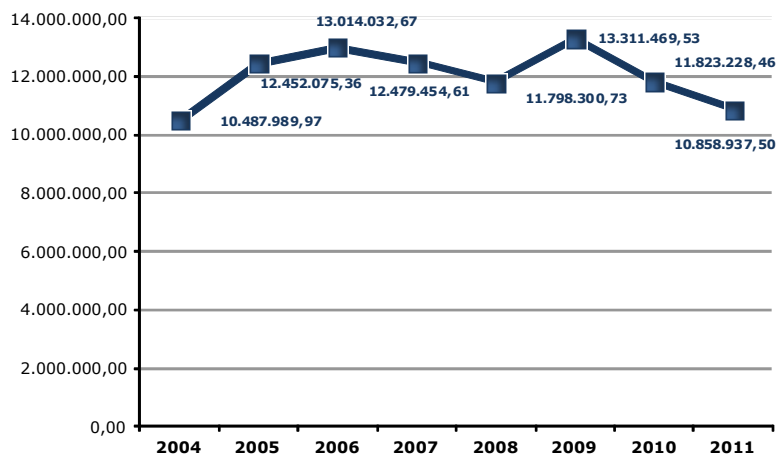
No quadro nº 54 e gráfico nº41, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

Quadro nº 54 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : €uros)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
(1) Dívida no início do período	12.452.075,36	13.014.032,87	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	1.218.817,41	138.215,00	50.000,00	2.662.384,00	0,00	515.744,24
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	13.014.032,67	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50
Taxa de crescimento da Dívida	4,51%	-4,11%	-5,46%	12,83%	-11,18%	-8,16%

Gráfico nº 41



Do observado no quadro a verifica-se que desde 2006 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, reduzindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a actuação na amortização dessa dívida.

No ano 2011, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2010, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 8,16%.

3.1.3. Serviço de Dívida

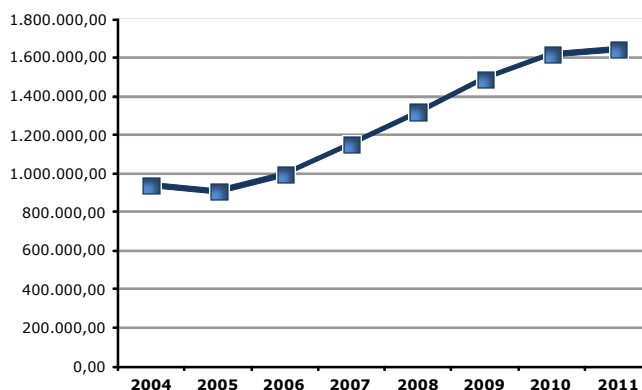
O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2004 a 2010, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 55

(unidade monetária : €uros)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	633.152,38	766.614,37	910.205,11	1.117.977,43	1.283.012,19	1.299.188,72
Amortizações	406.271,77	430.655,45	490.449,90	871.819,92	1.176.016,83	1.173.355,09
Juros	226.880,61	335.958,92	419.755,21	246.157,51	106.995,36	125.833,63
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	360.329,37	385.865,88	405.988,33	374.127,60	336.592,05	346.995,02
Amortizações	250.588,33	242.137,81	240.703,98	277.395,28	312.224,24	306.680,11
Juros	109.741,04	143.728,07	165.284,35	96.732,32	24.367,81	40.314,91
Total do Serviço de Dívida	993.481,75	1.152.480,25	1.316.193,44	1.492.105,03	1.619.604,24	1.646.183,74
Amortizações	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20
Juros	336.621,65	479.686,99	585.039,56	342.889,83	131.363,17	166.148,54
Taxa de crescimento da Dívida	9,21%	16,00%	14,21%	13,37%	8,54%	1,64%
Amortizações	-2,17%	2,43%	8,67%	57,18%	29,50%	-0,55%
Juros	41,25%	42,5%	22,0%	-41,4%	-61,7%	26,5%

Gráfico nº 42-Evolução do Serviço da Dívida



No ano de 2011, verifica-se relativamente aos anos anteriores um aumento do peso do serviço de dívida, apesar de mais brando, explicado essencialmente por dois factores:

- ☐ Mantém-se no pagamento de reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo obtidos, tendo já, no ano 2009, registado um aumento na ordem dos 57,18% no pagamento de reembolso de capital, tendo no entanto diminuído em 2011 em 0,55%. Este incremento está associado ao início de amortização de empréstimos verificado no final do ano 2007 e resultado da descida das taxas de juros que promove o aumento da componente de amortização de capital em dívida.
- ☐ Pelo aumento do valor pago de juros, pela utilização de capital de novo financiamento bancário no valor de €515.744,24.

3.1.4. Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2009, 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 69- Composição do Capital Bancário

(unidade monetária : Euros)

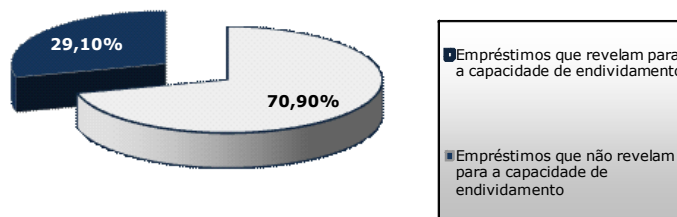
	Capital em Dívida em 31/12/2009		Capital em Dívida em 31/12/2010		Capital em Dívida em 31/12/2011	
	Montante	% do total	Montante	% do total	Montante	% do total
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	10.048.027,16	75,48%	8.872.010,33	75,04%	7.698.655,24	75,04%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	35.660,17	0,27%	15.394,57	0,13%	0,00	0,13%
Diversos Investimentos - PA 1997	759.987,40	5,71%	458.890,42	3,45%	154.323,95	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1998	446.324,51	3,35%	327.411,11	2,46%	208.497,71	0,00%
Parque Industrial - PA 2000	3.305.367,72	24,83%	3.069.270,04	23,06%	2.833.172,36	0,00%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	305.839,21	2,30%	283.184,45	2,13%	260.529,69	0,00%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	139.888,14	1,05%	129.896,13	0,98%	119.904,12	0,00%
Diversos Investimentos - PPI 2004	677.267,04	5,09%	633.572,40	4,76%	589.877,76	0,00%
Diversos Investimentos - PPI 2005	717.532,62	5,39%	674.270,18	5,07%	632.199,11	0,00%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	66.919,42	0,50%	62.863,70	0,47%	58.807,98	0,00%
Parque Industrial - PPI/2006	884.027,80	6,64%	831.250,03	6,24%	778.472,25	0,00%
Parque Desportivo Municipal	46.829,13	0,35%	43.109,30	0,32%	39.458,31	0,00%
PREDE Entidade Bancária	1.597.430,00	12,00%	1.277.944,00	9,60%	958.458,00	0,00%
PREDE Estado	1.064.954,00	8,00%	1.064.954,00	8,00%	1.064.954,00	0,00%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	3.263.442,37	24,52%	2.951.218,13	24,96%	3.160.282,26	24,96%
Construção Arrendamento Social-INH	438.834,69	3,30%	397.159,39	3,36%	354.715,16	3,36%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	24.519,45	0,18%	10.562,79	0,08%	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	2.773.267,10	20,83%	2.530.050,20	19,01%	2.289.822,86	0,00%
Intempéries 2000/2001	26.821,13	0,20%	13.445,75	0,10%	0,00	0,00%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	0,00	0,00%	0,00	0,00%	515.744,24	0,00%
Total da dívida de médio e longo prazo	13.311.469,53	100,00%	11.823.228,46	100,00%	10.858.937,50	100,00%



Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que, no final do exercício de 2011, do total dos empréstimos contraídos, 24,96% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

Gráfico nº 43

Relevância em termos de capacidade de endividamento



3.1.5. Limites de endividamento

A Lei de Estabilidade Orçamental, que assenta no Pacto de Estabilidade e Crescimento, prevê que a Lei do Orçamento de Estado possa definir limites máximos de endividamento diferentes dos estabelecidos na Lei das Finanças Locais, bem como Transferências do Orçamento de Estado (OE) de montante inferior ao previsto na LFL.

Com base nesta premissa, e concretamente no que se refere aos limites de endividamento para 2011, verifica-se o seguinte:

- Os limites de endividamento a vigorar no ano 2011, resultavam **inicialmente** das regras previstas no art. 53º da Lei 55-A/2010, de 31/12 (LOE 2011), as quais determinavam que:
 - ⇒ O Endividamento Líquido não pode ultrapassar o valor registado em 30 de Setembro de 2010;
 - ⇒ O Limite de Endividamento de Médio e Longo Prazo (Empréstimos de MLP), resulta do valor de endividamento de médio e longo prazos a 30 de Setembro de 2010 acrescido do montante resultante do rateio previsto no n.º 2 do já citado art. 53º.
- Constata-se assim que a Lei 55-A/2010, de 31/12 – Lei do Orçamento de Estado para 2011 – fixou Limites de Endividamento para 2011, com base em regras distintas das que se encontram consagradas na Lei das Finanças Locais. Esta situação contribuiu para apuramento de limites de endividamento para o ano 2011 bastante inferiores aos do ano 2010.
- Entretanto é publicada a Lei 60-A/2011, de 30/11 (em anexo) que vem alterar o art. 53º da Lei do Orçamento de Estado 2011, modificando mais uma vez o limite de endividamento líquido para 2011, fixando desta vez como referência a data de 31 de Dezembro de 2010.

O quadro n.º 1, permite-nos perceber o impacto destas alterações no apuramento dos limites de endividamento do Município de Estarreja.

Quadro nº 70- Endividamento Municipal 2011

LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO	LFL	OE 2011	Impacto nos limites		
			OE 2011 vs LFL		
Endividamento Líquido de M/L Prazo	9.579.009,27	9.232.934,20	-346.075,07		
Endividamento Líquido em Dezembro de 2011	LFL	OE 2011	Lei 60-A/2011, de 30/11	Lei 60-A/2011 vs LFL	Lei 60-A/2011 vs OE 2011
	Lei 60-A/2011 altera o n.º 1 do artigo 53º da Lei das Finanças Locais	11.973.761,59	9.368.408,22	8.981.393,76	-2.992.367,83

(a) Conforme dados publicados na página da DGAL

Destaca-se a diferença entre o limite de endividamento líquido calculado mediante as regras constantes da Lei das Finanças Locais e o mesmo limite apurado de acordo com a Lei 60-A/2011, de 30 de Novembro, e que se cifra em 2.992.367,59 €.

Importa ainda sublinhar que, durante o ano 2011, e até 30 de Novembro as Autarquias Locais contavam com determinado limite calculado com base no endividamento existente a 30/09/2010. Essa expectativa altera-se, através da publicação da Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro, passando a data de referência na ser 30/12/2010. No Município de Estarreja, esta alteração traduziu-se numa diminuição de **387.014,46 €** no montante do limite em questão.

Neste ponto pretende-se verificar o ponto de situação do Município de Estarreja relativamente ao cumprimento do seu limite de endividamento líquido. Esta análise será efetuada atendendo ao limite imposto pela Lei 60-A/2011, de 30 de Novembro.

Muito sucintamente, podemos definir o **endividamento líquido** como o resultado da diferença entre o passivo da autarquia (Dívidas a Pagar) e um conjunto de ativos expressamente definidos na lei (Caixa, Depósitos à Ordem, Dívidas a Receber e Investimentos Financeiros).

Face ao enquadramento do endividamento na atual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

No presente momento e perante dados rececionados, apenas será de incluir os efeitos do endividamento da Associação de Município do Carvoeiro e da CIRA-Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro.

O quadro seguinte apresenta a evolução do endividamento líquido do Município de Estarreja durante o ano 2011, bem como o seu posicionamento relativamente ao respetivo limite.

Quadro nº 71- Endividamento Municipal 2011

Regras previstas na Lei 60-A/2011					
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	957.900,93				
Limite ao Endividamento Líquido	8.981.393,76				
Limite ao Endividamento de MLP	9.368.408,22				
Avaliação do Cumprimento	1 trimestre	2 trimestre	3 trimestre	4 trimestre	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	11.701.454,71	11.504.516,27	11.255.944,26	10.858.937,50	
Endividamento Líquido do Município	12.495.683,09	11.678.344,93	12.452.684,42	12.548.634,13	
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.051.808,44	3.222.585,66	3.134.400,18	3.160.282,26	
Dívidas à EDP 1998	0,00	0,00	0,00	0,00	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	8.649.646,27	8.281.930,61	8.121.544,08	7.698.655,24	
Contribuição das AM	-919.711,66	-934.116,59	-867.185,61	-943.579,26	
Endividamento Líquido a Considerar	8.524.162,99	7.521.642,68	8.451.098,63	8.444.772,61	
Montantes em excesso					
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a	n/a	n/a	n/a	
Endividamento Líquido	n/a	n/a	n/a	n/a	
Montantes Não Tomados					
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	718.761,95	1.086.477,61	1.246.864,14	1.669.752,98	
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	457.230,77	1.459.751,08	530.295,13	536.621,15	
Rácios de Análise					
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	92,33%	88,40%	86,69%	82,18%	
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	94,91%	83,75%	94,10%	94,03%	

Assim, aplicando as regras, no ano 2011, o Município tem capacidade de endividamento de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 17,82% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderia segundo regras estabelecidas para o ano 2011, contrair dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de €1.669.752,98.

A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja encontra-se em cumprimento, tendo não tomando a margem de capacidade de endividamento de cerca de €536.621,15, não tendo tomado 5,97% do limite de endividamento líquido municipal imposto para esta autarquia local.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

5. INDICADORES DE GESTÃO

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados relativos ao exercício económico de 2011 verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício do ano em análise se cifrou no montante de € 2.068.141,08

De notar que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionada pelo disposto nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5 do POCAL, que referem:

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".

2.7.3.3. - Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É **obrigatório** o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Atendendo a que se verifica que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflete, em 31/12/2011, mais de 20% do valor do ativo líquido, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2011:

- ⇒ Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571 - "Reservas Legais", ou seja, o reforço de reservas legais no valor de € 103.407,54, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado, € 1.964.734,03, na conta 59 - Resultados Transitados.